



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| | | | |
|--|----------------------------|--------------------------|--------------------|
| COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA | | | |
| EVENTO: Reunião Ordinária | REUNIÃO Nº: 2158/13 | DATA: 04/12/2013 | |
| LOCAL: Plenário 13 das Comissões | INÍCIO: 10h49min | TÉRMINO: 13h20min | PÁGINAS: 63 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apreciação dos itens constantes da pauta e apresentação do Sr. Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, Diretor-Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há orador não identificado em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Ordinária.

Item 1. Leitura e votação da ata da 53ª Reunião.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - O ilustre Deputado Antonio Imbassahy solicita a dispensa da leitura da ata.

Em votação.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Item 2. Discussão da ata.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, em votação a ata.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Expediente.

Informo que a Presidência recebeu as seguintes correspondências:

Item 1. Ofício da 1ª Secretaria da Casa, que encaminha resposta do Ministério das Comunicações referente ao Requerimento de Informação nº 3.739, de 2013.

Item 2. Estudo encaminhado pelos servidores do Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI, que informa a respeito da complexidade dos trabalhos realizados no Instituto e solicita adoção de providências.

Esse material é fruto das iniciativas da nossa Comissão.

Item 3. Ofício da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular — FRENTECOM, que encaminhou documento com manifestação sobre TV Digital e destinação da faixa de 700 megahertz.

Item 4. Justificativa de ausência do Deputado Sandro Alex, no dia 14 de novembro.

Vamos à pauta.



Há sobre a mesa requerimento do ilustre Deputado Antonio Imbassahy, que *“pede a inversão de pauta do Item 13, PL 5.061, de 2013, para ser apreciado antes dos demais itens e antes da apresentação do Dr. Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, Diretor-Presidente do SERPRO”*.

S.Sa. nos dá a honra de sua presença nesta reunião de hoje e que, após a apreciação dos itens da pauta da reunião ordinária, fará exposição ao Plenário.

Em votação o requerimento do Deputado Antonio Imbassahy para inversão de pauta.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Deputado Antonio Imbassahy.

Este será o primeiro item da pauta, portanto.

Item 13 da pauta, em atendimento ao requerimento do Deputado Antonio Imbassahy para a inversão.

Item 13. Projeto de Lei nº 5.061/13, do Sr. Anthony Garotinho, que *“altera o art. 289 e parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei nº 8.639, de 31 de março de 1993.”* Relator: Deputado Antonio Imbassahy. O parecer foi pela rejeição.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Antonio Imbassahy, para fazer a leitura de seu parecer.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, primeiro quero agradecer aos senhores membros da Comissão por terem acolhido a inversão de pauta, porque eu tenho um compromisso absolutamente inadiável.

Eu vejo o esforço de V.Exa. e de todos os membros da Comissão no sentido de esgotar a pauta. Como teremos apenas mais uma reunião, talvez duas, eu faço questão de contribuir com o esforço de V.Exa. e dos membros desta Comissão, para que possamos cumprir com as nossas obrigações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Eu quero agradecer a V.Exa., que foi, sem dúvida nenhuma, muito sensível a esse aspecto dos nossos trabalhos para que possamos concluir esses temas de importância este ano.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Eu acho que todos têm contribuição.



Passo a ler aqui o nosso relatório, com relação ao Projeto de Lei nº 5.061, de 2013, de autoria do nobre Deputado Anthony Garotinho, para apreciação desta Casa, com o objetivo de alterar o art. 289 e parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei nº 8.639, de 31 de março de 1993, a fim de fazer com que os registros determinados pela Lei das Sociedades Anônimas sejam realizados nos órgãos oficiais e disponibilizados na Internet, até 24 horas depois, dispensando, portanto, a publicação nos jornais de grande circulação. É uma grande mudança o que propõe o Deputado Anthony Garotinho.

Eu vou fazer aqui uma exposição, colocando a nossa contra-argumentação, porque achamos que esse projeto não teria ainda atualidade para ser aprovado.

Esse projeto foi distribuído à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, para apreciação de mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise de sua constitucionalidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao analisarmos a proposta em questão, não podemos deixar de considerar que as sociedades anônimas têm grande capilaridade de pessoas interessadas em suas atuações e espalhadas por todo o território brasileiro.

Não obstante o crescimento da utilização da Internet em nosso País, que tem permitido a inclusão de cada vez mais brasileiros na era digital, ainda persistem diversas realidades em nosso extenso território geográfico. A maior parte dos Municípios brasileiros dispõe de acesso à Internet em condições precárias, com baixas velocidades e qualidade de serviço aquém do desejável.

A análise de fontes e dados disponíveis demonstra que apenas um terço da população brasileira teria acesso à Internet e, por consequência, acesso a esses dados de balanço, como propõe o Deputado Garotinho, incluindo usuários constantes e eventuais, o que reduz, de modo significativo, essa proporção. Há, ainda, que se considerar o notório descompasso entre as características etárias dos usuários de Internet, assim como se constata a similitude das características dos leitores de jornais. É importante também destacar esse aspecto.

Portanto, Sr. Presidente, não seria justo privilegiar as populações dos centros mais desenvolvidos em detrimento dos cidadãos que residem ou trabalham em



regiões mais remotas, no campo ou em pequenas cidades. Em razão disso, os registros determinados pela lei precisam chegar a todos de maneira equânime, sob pena de favorecimento a determinados grupos.

Desse modo, a comunicação via digital não constitui sucedâneo, ou forma alternativa ou concorrente, mas acessória ou complementar das publicações impressas, para ampliar a abrangência dos fatores de disseminação e transparência da via digital, e de segurança e confiabilidade, responsabilidade legal e editorial, presentes em maior proporção na mídia impressa. Volto a insistir que é muito importante a gente ter esses dados, Deputado Arolde, de mídia impressa, e que a ação da Internet seria ainda, neste momento brasileiro, uma ação de complementaridade. Portanto, a coexistência de ambos os meios é de todo conveniente ao interesse da sociedade, do mercado e dos elementos essenciais ao planejamento estratégico de negócios.

O próprio Governo Federal faz questão de registrar sempre no *Diário Oficial* os seus dados, porque entende que ali é um impresso seguro, até porque se poderia, eventualmente, Deputado Izalci, Srs. Deputados, ser hackeada alguma informação daquela que estaria no balanço de uma grande organização de uma sociedade anônima.

Então, é muito importante dizer que essa publicação impressa em jornais de grande circulação possui extraordinária valia midiática e imenso espectro de difusão na sociedade, além de alcançar vasto público seletivo, compreendido nos segmentos de mercado mais diretamente interessados na gestão e desempenho das companhias, no conhecimento de seus balanços e demonstrações contábeis e financeiras, abrangendo, além dos gestores e colaboradores da empresa, seus fornecedores, clientes, consumidores, investidores, analistas, auditores e agentes públicos, sobretudo os de fiscalização e controle. Portanto, para mim, a mídia impressa determinante.

O comprometimento dos atributos de segurança, confiabilidade e abrangência da informação e da efetiva transparência de que se reveste a imprensa escrita não se justifica pela alegada economicidade dos meios digitais. Claro que haveria também esse aspecto. A Internet ainda apresenta sérios problemas de integridade e confiabilidade. A gente tem visto até, ultimamente, situações no mundo de



governança da Internet, o que nos dá essa sensação também de falta de segurança completa, plena, para dados tão importantes, como são os balanços de organizações.

Ademais, os custos com publicações de empresas participantes, *“tantas vezes criticados, são infinitesimais, representando menos da metade dos custos de auditoria”*. Ou seja, são valores relativamente pequenos, se comparados com os custos de auditoria. Esse é um dado que eu pude recolher em pesquisa realizada pelo Centro de Estudos e Finanças da Fundação Getúlio Vargas.

Vale mencionar, Sr. Presidente, eu estou concluindo, que a base de qualquer sociedade livre e democrática, com menor percepção de corrupção, é o acesso à informação. Quanto mais informação houver, quanto mais transparência houver, quanto mais dados, informações, metas os meios puderem passar para a população brasileira melhor será para que a gente possa combater qualquer tipo de irregularidade.

Assim, no ambiente empresarial, a boa governança aliada à transparência inibe a corrupção e os desvios em relação aos objetivos estratégicos e compromissos sociais da organização, levando os seus gestores e colaboradores a uma postura mais ética e responsável.

Sob outro ângulo, é a sociedade que arca com o custo da desinformação, através dos mais variados esquemas, sendo a corrupção apenas um deles. Destarte, há que se buscar a ampliação dos mecanismos de disseminação de informação e não a restrição desses. Quer dizer, aí, Deputado Arolde de Oliveira, realmente a gente tem que manter e ampliar, utilizar a Internet também se possível, mas não deixar de ter a mídia impressa.

Acrescente-se que a disponibilização dos conteúdos pela Internet deve ocorrer ao mesmo tempo em que a edição impressa, em formas mutuamente complementares e não em caráter de substituição. Eu estou sendo até um pouco redundante, porque eu acho que realmente essa argumentação é muito forte.

Nesse sentido, entendemos que o modelo mais democrático, que permite que todas as pessoas que se relacionem com as sociedades anônimas possam gozar das mesmas condições, é o modelo presente hoje na própria Lei nº 6.404.



Em tempos futuros, quando a massificação da rede mundial de computadores, de fato, atingir a totalidade dos Municípios brasileiros e a gente tiver também, Sr. Presidente, mais segurança no manuseio desses dados, aí sim nós poderemos avançar como propõe aqui o projeto do Deputado Anthony Garotinho.

Portanto, nós encerramos aqui a nossa apreciação, votando pela rejeição do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Em discussão o parecer do Relator.

Deputado Izalci, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero só apresentar algumas considerações.

Evidente que a proposta do Deputado Garotinho é meritória. De fato, o relatório do Deputado Imbassahy realmente está perfeito, bastante detalhado. Eu inclusive, em princípio, concordava com a posição do Garotinho, porque deparamos muitas vezes com 20, 30 páginas dos jornais com publicação de balanço que praticamente poucas pessoas analisam. E é um gasto significativo, como disse o Deputado, mas não tão relevante quanto outros. Pela falta de acesso à Internet, acho que ainda está cedo para a gente restringir essas publicações. Eu acredito que quanto mais transparente melhor.

Eu até vou checar isso, mas o projeto atende à Lei 6.404. Eu não sei com relação à publicação do balanço do Governo, que acredito até que não é publicado, porque não é 6.404. Até vou providenciar um projeto, para que haja também uma publicação do balanço da União. Desde 2006, o Tribunal de Contas vem fazendo não só ressalvas, mas recomendações no balanço. E nós inclusive, há 10 anos, não votamos essa prestação de contas.

Conforme divulgado pela mídia nos últimos meses, há muita maquiagem, muita criatividade nesses balanços. E o mais grave que está sendo alertado pelo Tribunal de Contas, desde 2006, é que nós não temos mais mão de obra especializada nessa área. Há uma completa falta de recursos humanos.

Portanto, quero aproveitar para chamar a atenção desta Casa em função desse tema. A prestação de conta do Governo também deverá ser publicada e votada nesta Casa.



Parabenizo o Deputado Imbassahy pelo conteúdo do seu relatório. De fato, ele tem razão. Eu voto com o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Izalci.

Registro a presença neste plenário do ex-Ministro Paulo Lustosa, pai do nosso ilustre colega Deputado Paulo Lustosa Filho.

Passo a palavra ao ex-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Deputado Arolde de Oliveira, um dos mais atuantes Parlamentares da Comissão e da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - Está generoso o nosso Presidente hoje. Eu pedi a palavra apenas para dizer que acompanho o relatório do Deputado Imbassahy. A sua argumentação não deixou margem a qualquer outra consideração. Ele foi perfeito. A questão maior que está colocada aí é a de segurança, de segurança futura para eventuais recorrências a esses balanços, o que a Internet não oferece. Naturalmente, a capilaridade da Internet é muito limitada, mas o principal, no meu entendimento, é a segurança.

Não existe substituição de meios de comunicação, de suporte de comunicação. Desde que o homem é homem, todos os suportes, todos os meios de comunicação subsistem. Nós passamos da escrita para a imprensa, depois para o cinema; chegamos ao computar, enfim, à mídia impressa com Gutemberg antes. E todos estão aqui hoje. Todos estão aí, cada um com as suas características.

E eu entendo que, para esse caso de balanços de sociedades anônimas principalmente que envolvem milhares de acionistas, é fundamental que a publicação seja feita, conforme argumentado, na mídia impressa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Arolde.

Não há mais quem queira discutir.

Vamos à votação do parecer do Relator.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o parecer de V.Exa., Deputado Antonio Imbassahy.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, na última sessão, o item 15 estava para ser votado, mas, por causa da Ordem do Dia do Plenário, a sessão foi suspensa. Como a Deputada Flávia está presente aqui, se V.Exa. pudesse também fazer a inversão do item 15, eu lhe agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Pois não, Deputado Izalci. Eu vou submeter o pedido de V.Exa. ao Plenário.

Há sobre a mesa requerimento de inversão de pauta do PL 5.438, de 13, item 15 da pauta, para que V.Exa. possa fazer a leitura do relatório neste momento.

Eu quero aproveitar a oportunidade para consultar o Plenário. Nós temos aqui hoje a presença do Presidente do SERPRO, Dr. Marcos Mazoni, que muito engrandece esta Comissão. Ele se encontra logo ali atrás e fará uma apresentação sobre os temas *As medidas de segurança no tratamento de informações estratégicas do Governo Federal sob sua guarda; O novo e-mail corporativo a ser adotado por toda a administração pública federal; e Os principais sistemas desenvolvidos pelo SERPRO: Receitanet, SIAFI e outros.* Eu vou colocar o requerimento de V.Exa. em votação, Deputado Izalci, para que nós possamos inverter a ordem da pauta e V.Exa. promover a leitura do relatório imediatamente após. Enquanto nós procedemos a essa votação, eu gostaria que o Plenário examinasse a possibilidade de, logo após o debate sobre o item 15, retornarmos à letra "A" da pauta, que é a apresentação do Dr. Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, e, na sequência, darmos continuidade à apreciação da pauta, com os requerimentos, as TVRs e os projetos de lei. Eu deixo para o Plenário a decisão. E há a alternativa, que também coloco para o Plenário: leitura, debate de toda a pauta e apresentação do Dr. Marcos Mazoni ao final.

Então, vamos votar o requerimento do Deputado Izalci, para inversão de pauta.

Em votação.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está alterada a pauta.

O Deputado Izalci, então, fará a leitura do seu relatório.

Deputado Arolde de Oliveira, V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - Realmente, é uma questão de ubiquidade, Presidente. Nós temos que estar ao mesmo tempo em tantos lugares com matérias importantes! A matéria que nos será trazida nessa apresentação pelo Presidente do SERPRO com certeza é das mais importantes de que nós vamos tomar conhecimento hoje.

Simultaneamente, nós temos as matérias da Ordem do Dia. E, sabiamente, a Presidência, a Mesa e V.Exa. têm procurado fazer uma conciliação desses interesses todos, para que nós possamos ter o mínimo de prejuízo, por questão de tempo. Concordo que, logo após a leitura do relatório do Deputado Izalci, nós passemos à palestra. Já está acertado — veio antes —, mas talvez para sessões futuras nós tenhamos que estudar; hoje a pauta era muito pequena.

Além da matéria do Deputado Izalci, há uma de que eu sou Relator na mesma condição. Ela deixou de ser votada pelos mesmos motivos pelos quais deixará de ser votada hoje. Para não prejudicar a palestra que vem depois, talvez a melhor decisão fosse deixarmos a pauta de hoje para a próxima semana, que é a última. Aí, num esforço grande, votamos o que estiver faltando na próxima semana. Normalmente, as palestras geram debate, questões, discussões, que são muito importantes. É a proposta que eu faço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Arolde de Oliveira.

Quero registrar que o Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior acabou de passar por aqui. Muito nos honra a sua presença.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Senador! Senador!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Registro a presença do Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior novamente. Muito obrigado pela presença, Senador. V.Exa. não gostaria de estar conosco aqui? *(Pausa.)*

Deputado Arolde de Oliveira, a Dra. Myriam me informa que os autores dos requerimentos estão presentes. Nós temos exatamente três requerimentos. Depois, nós temos as TVRs; temos uma relativa à velocidade para votar. Quanto aos projetos de lei da pauta, além do de V.Exa., salvo engano, há um do Deputado



Paulo Henrique Lustosa. Portanto, eu quero acreditar que nós temos uma pauta rápida.

Havendo concordância do Plenário, nós poderemos votar esses itens. O Dr. Mazoni já está informado dessa possibilidade e disposto a aguardar um pouco. Ele poderia depois fazer a palestra com mais calma para todos os presentes. Assim, nós teríamos todo o trabalho completo na manhã de hoje. O.k? *(Pausa.)*

Então, vamos à leitura:

Item 15. Projeto de Lei nº 5.438, de 2013, da Sra. Flávia Moraes, que *“altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras dos serviços de telefonia móvel a encaminhar gratuitamente as mensagens de texto destinadas aos serviços públicos de emergência”*. O Relator é o Deputado Izalci, e o parecer é pela aprovação deste e do PL 6.169, de 2013, apensado, com substitutivo.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Izalci, para a leitura do seu parecer.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu pediria a V.Exa. para ir direto ao voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A proposta de obrigar as operadoras de telefonia móvel a encaminhar gratuitamente as mensagens curtas de texto destinadas aos serviços públicos de emergência tem sido uma matéria legislativa recorrente nesta Casa. Em novembro de 2012, esta Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.216, de 2012, do ilustre Deputado Romero Rodrigues, que *“altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as operadoras de telefonia celular a encaminharem gratuitamente as mensagens curtas de texto de seus assinantes destinadas aos serviços públicos de emergência da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros”*.

Na oportunidade, o Relator da proposição na CCTCI, o nobre Deputado Miro Teixeira, argumentou que *“o projeto em análise é altamente meritório, pois tem impacto zero sobre o modelo de negócios das empresas, já que não acarreta custos adicionais, e traz um grande benefício aos usuários, que poderão se comunicar com os sistemas públicos da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros também através desse tipo de mensagem”*. Além disso, salientou que, embora a Resolução nº 564, de 2011, da Anatel já tenha regulamentado a matéria, *“até o momento a gratuidade do*



SMS para serviços públicos ainda não chegou ao consumidor, mostrando a necessidade de o tema receber tratamento em nível legal para evitar medidas protelatórias”.

Passados mais de 10 meses da apreciação do Projeto de Lei nº 3.216, de 2012, por este colegiado, infelizmente os efeitos da regulamentação da Agência ainda não surtiram o resultado esperado. Essa situação confirma a tese levantada pelo Deputado Miro Teixeira de que a medida deve ser elevada à categoria hierárquica de lei ordinária, afastando, assim, o risco de que sua implementação seja protelada indefinidamente, em prejuízo dos milhões de assinantes dos servidores de telefonia móvel no País. Não resta dúvida, portanto, quanto ao mérito da proposta apresentada pela autora da iniciativa legislativa que ora relatamos.

No entanto, em virtude da notória semelhança entre o teor dos Projetos de Lei nºs 3.216, de 2012, e 5.348, de 2013, uma primeira análise da proposição em tela poderia suscitar a hipótese de declaração da sua prejudicialidade. Porém, um exame mais acurado dessas proposições revela uma diferença fundamental entre elas: enquanto o conteúdo do Projeto de Lei nº 3.216, de 2012, alcança somente os serviços de emergência prestados pelas polícias e pelo Corpo de Bombeiros, o Projeto de Lei nº 5.348, de 2013, possui raio de abrangência ampliado, também abarcando outros serviços públicos essenciais, como o SAMU e a Defesa Civil. Portanto, em razão do seu maior alcance, consideramos conveniente e oportuna a aprovação do Projeto de Lei nº 5.348, de 2013.

Não obstante, para evitar dubiedades na interpretação da real abrangência da proposição, julgamos pertinente propor uma alteração de ordem redacional no texto elaborado pela autora do projeto de lei em análise. Na forma em que foi proposto, o projeto determina que as operadoras de telefonia celular encaminhem gratuitamente *“as mensagens de texto de seus assinantes destinadas aos serviços públicos de emergência”*. Essa redação pode levar ao falso entendimento de que a proposição também alcança as mensagens de texto enviadas por meio de correio eletrônico ou serviços similares, contrariamente aos objetivos declarados pela autora do projeto em sua justificção.

Por esse motivo, propomos uma alteração no art. 2º do projeto principal, de modo a restringir sua abrangência apenas às “mensagens curtas de texto” — os



chamados SMS. O novo texto, ao mesmo tempo em que mantém estrita coerência com o posicionamento já exarado por esta Comissão por ocasião da análise do Projeto de Lei nº 3.216, de 2012, também evita dubiedades na interpretação da iniciativa proposta.

O projeto de lei em apenso, por sua vez, é complementar à proposição principal, pois obriga as polícias, o SAMU e demais órgãos públicos mantenedores dos serviços de emergência a oferecerem acesso remoto a suas centrais de atendimento mediante SMS. Entendemos que a proposta é meritória, pois de nada adiantará obrigar as operadoras a encaminhar gratuitamente as mensagens de texto destinadas aos serviços de emergência se as centrais telefônicas destas instituições não estiverem preparadas para receber e dar tratamento adequado às solicitações enviadas pelos cidadãos. Ademais, conforme assinala a autora do Projeto de Lei nº 6.169, de 2013, a medida proposta, ao mesmo tempo em que representa um ônus praticamente desprezível para o poder público e para as empresas de telecomunicações, também contribuirá para facilitar e ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços de emergência.

Convém alertar, no entanto, que a proposta de obrigar os órgãos mantenedores dos serviços de emergência a receberem solicitações de serviço por meio de SMS pode ter sua constitucionalidade questionada durante sua tramitação nesta Casa, sob a alegação de uma suposta invasão da União sobre as competências dos Estados, Municípios e seus respectivos órgãos. Contudo, do ponto de vista da temática desta Comissão de Ciência e Tecnologia, entendemos que o projeto em apenso complementa e agrega valor à proposição principal, justificando-se, assim, a sua aprovação.

Em suma, considerando o inegável mérito dos dispositivos elencados nas proposições em exame, julgamos pertinente aglutiná-los na forma de um substitutivo. Desse modo, nosso voto é pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 5.438, de 2013, e 6.169, de 2013, na forma do substitutivo em anexo.

Eis o substitutivo, Sr. Presidente:

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o encaminhamento das



mensagens curtas de texto de telefonia celular destinadas aos serviços públicos de emergência.

Art. 2º Acrescente-se à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o art. 78-A, com a seguinte redação:

‘Art. 78-A. As prestadoras dos serviços de comunicação móvel pessoal terrestre deverão encaminhar gratuitamente as mensagens curtas de texto de seus assinantes destinadas aos serviços públicos de emergência, na forma da regulamentação.

Parágrafo único. Os órgãos mantenedores dos serviços públicos de emergência deverão receber e conferir tratamento adequado às solicitações encaminhadas pelos assinantes mediante mensagens curtas de texto.’

Art. 3º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação.”

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Em discussão o parecer do Relator.

Há o pedido da Deputada Flávia Moraes, autora do PL 5.438, de 2013, para se manifestar. Está aberta a discussão. V.Exa. tem a palavra, Deputada Flávia.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Obrigada, Presidente. Eu queria parabenizar o Relator, Deputado Izalci, pela compreensão e entendimento da importância e relevância desse projeto, assim como todos os membros desta Comissão que ajudaram a colocar esta votação como prioritária na sessão de hoje.

Então, eu gostaria de parabenizar mais uma vez o Relator e fazer um ajuste que considero importante. Na leitura do relatório, eu observei que o número do projeto de lei está trocado, invertido: ele citou sempre “5.348”, e o número correto do projeto de lei é 5.438. E eu verifiquei que o número realmente está trocado no texto do relatório. Então, eu gostaria só de solicitar que, se possível — eu acredito que isso não altera o mérito —, nós pudéssemos ajustar o número do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Está registrado, Deputada.



A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer do Relator, o ilustre Deputado Izalci.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer de V.Exa., Deputado Izalci, com os nossos cumprimentos à Deputada Flávia.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Pois não, Deputado Colbert Martins. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Uma comunicação, Sr. Presidente, bem breve: ontem realizamos na Assembleia Legislativa da Bahia audiência por mim solicitada a esta Comissão, que diz respeito à qualidade das telecomunicações no nosso Estado, com a presença dos representantes da ANATEL, do Ministério das Comunicações e de todas as operadoras.

Tivemos uma participação muito importante. Eu vou entregar a esta Comissão a gravação que fizemos ontem, com a participação de todos e as sugestões que lá ocorreram. Quero dizer que foi um bom momento ontem desta Comissão lá na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Obrigado. Parabenizo V.Exa., Deputado Colbert.

Vamos retirar de pauta, a pedido do Relator, o relatório da letra "B" da pauta, o Relatório nº 3, de 2013. Fica adiada a leitura por parte do Deputado Newton Lima para a próxima sessão.

E vamos à letra "C" da pauta, que são os requerimentos, itens 2, 3 e 4.

Item 2. Requerimento nº 282, de 2013, do Sr. Júlio Campos, que *"solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito das perdas dos assinantes do Serviço Móvel Pessoal na modalidade pré-paga oriundas da expiração dos prazos de validade dos créditos de telefonia celular"*.

O Deputado Júlio Campos deseja sustentar o requerimento? *(Pausa.)* Não há necessidade.

Em votação o requerimento.



As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, Deputado Júlio Campos.

Item 3. Requerimento nº 286, de 2013, dos Srs. Padre Ton e Erika Kokay, que *“solicita seja realizada audiência pública para debater os avanços e desafios da comunicação pública no Brasil, em particular as dificuldades enfrentadas pela Empresa Brasil de Comunicação — EBC”*.

V.Exa. deseja fazer uso da palavra, Deputado Padre Ton? *(Pausa.)* Pois não, Deputado Padre Ton.

O SR. DEPUTADO PADRE TON - Esse requerimento, Sr. Presidente, nasceu da necessidade do acontecimento da greve da EBC. Eu acompanhei com a Deputada Erika Kokay os reclames dos funcionários. A EBC, durante o Governo Lula, teve grandes investimentos, e a comunicação pública só se expandiu em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Estado do Maranhão.

Há um pedido dos funcionários e dos sindicatos e um desejo nosso de debater os avanços e os desafios da comunicação pública. Por isso, esse é o teor e a justificativa. Peço o apoio dos demais Deputados e Deputadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Padre Ton.

Em votação o requerimento de S.Exa.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, Deputado Padre Ton.

Vamos à tramitação ordinária.

Item 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 541, de 2011, do Sr. João Campos, que *“dispõe sobre a realização de plebiscito para decidir sobre a adoção do horário de verão no território brasileiro”*. O Relator é o Deputado Arolde de Oliveira, e o parecer é pela aprovação.

Há sobre a mesa requerimento de autoria da ilustre Deputada Margarida Salomão, que solicita retirada de pauta.

Em votação...



V.Exa. deseja fazer uso da palavra? (*Pausa.*) Deputado Arolde de Oliveira, antes da votação do requerimento, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - O requerimento tem precedência regimentalmente. Vamos votar o requerimento e prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Arolde.

Em votação o requerimento.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Retirado de pauta o PDC 541, de 2011, a requerimento da Deputada Margarida Salomão.

O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - Eu queria uma questão de ordem após a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Pois não, Deputado Arolde.

O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - Esta retirada de pauta tem qual objetivo? Retirada de pauta simplesmente ou vista para fazer alguma avaliação? Isso é apenas para eu entender. É retirado de pauta e volta à pauta na próxima semana? Eu não sei por quantas sessões. Eu gostaria que, à luz do Regimento, fosse esclarecido. Ou é só um pedido de vista? Aí tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - À luz do Regimento, volta na próxima sessão. Mas a Deputada Margarida Salomão deseja fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Ilustre Deputado, nós estamos pedindo retirada de pauta porque precisamos de mais informações para nos posicionarmos. Não é o caso de uma vista, porque não se trata de ter conhecimento do relatório. É sobre esse tema que a nossa bancada necessita mais informações.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Pois não, Deputado Colbert.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, a respeito do Requerimento nº 2, ontem, na Bahia, foi tratado esse assunto dos pré-pagos. Na Bahia, 87,9% de toda a telefonia móvel é pré-paga. E na Bahia, evidentemente, se tem apelido para tudo, inclusive para o telefone pré-pago, que lá é pai de santo, só recebe. Nós vimos ontem o pessoal só recebendo tudo aí. Então, nós temos um pai de santo na telefonia celular pré-paga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Pois não, Deputado Colbert.

Vamos às matérias com prazo constitucional: TVRs nºs 5 a 9.

Proponho ao Plenário a votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que desejam discutir separadamente poderão pedir o destaque. *(Pausa.)*

Não havendo esse interesse, proponho, então, que nós possamos votá-los em bloco. *(Pausa.)*

Havendo concordância do Plenário, em votação os itens 5 a 9 da pauta.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os itens 5 a 9 da pauta.

Vamos à matéria com prioridade.

Item 10. Projeto de Lei nº 3.554, de 2012, do Senado Federal, Flávio Arns, (...), que *“acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala”*.

Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta de autoria do Relator, o Deputado Rogério Peninha Mendonça.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Vamos à tramitação ordinária.

Item 11. Projeto de Lei nº 1.337, de 2003.

Há sobre a mesa requerimento de autoria do ilustre Deputado Arolde de Oliveira, que solicita retirada de pauta do PL 1.337, de 2003.

Em votação o requerimento.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, Deputado Arolde.

Item 12. Projeto de Lei nº 3.302, de 2012, da Sra. Romanna Remor, que *“altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo critérios de transparência na oferta do Serviço Móvel Pessoal”*.

Não está presente o Relator, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - A propósito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Pois não, Deputado Arolde.

O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - O Deputado José Carlos Araújo está presidindo a Comissão de Defesa do Consumidor e pediu que, se for o caso de inverter e colocar como último item da pauta, ele vem relatar; se for possível, claro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Pois não. O.k. Está atendido o pedido do ilustre Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado José Carlos Araújo.

Já votamos o item 13, foi o primeiro.

Item 14. Projeto de Lei nº 5.126, de 2013, do Sr. Francisco Escórcio, que *“dispõe sobre a reserva de canais destinados às Assembleias Legislativas estaduais”*.

Não vejo aqui o Deputado Efraim Filho. É a quarta vez que esse projeto de lei entra em pauta. Se porventura a assessoria do Deputado Efraim estiver presente, peço-lhe que o informe, para que possamos votá-lo na próxima quarta-feira, impreterivelmente. Será a última sessão da Comissão este ano.

Item 15. Projeto de Lei nº 5.438, de 2013. Já houve a aprovação.



Finalmente, item 16. Projeto de Lei nº 6.304, de 2013, do Sr. João Arruda, que “*institui Regime Especial de Tributação para instalação e manutenção de Centros de Processamento de Dados — Data Centers*”. O Relator é o Deputado Paulo Henrique Lustosa, e o parecer é pela aprovação, com emenda.

Antes de conceder a palavra a S.Exa., quero pedir mais alguns minutos de tolerância ao ilustre Presidente do SERPRO, Dr. Marcos Mazoni. E quero pedir que as Sras. e os Srs. Parlamentares e as assessorias permaneçam em plenário para que possamos ouvi-lo. V.Sa. foi muito gentil conosco para que pudéssemos fazer a inversão de pauta, Dr. Marcos Mazoni. Somos muito gratos por isso. Dessa forma, peço que as Sras. e os Srs. Parlamentares permaneçam aqui para que possamos ouvir a importante apresentação do Presidente do SERPRO.

Deputado Paulo Henrique Lustosa, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO HENRIQUE LUSTOSA - Sr. Presidente, atendendo à demanda desta Presidência de dar celeridade aos projetos que chegam a esta Comissão, nós estamos empenhados em ver aprovado o projeto do Deputado João Arruda, até porque é um projeto muito oportuno no momento em que estamos discutindo marco civil da Internet, com repercussão sobre organizações *data center*.

Entretanto, agora pela manhã, o Ministério das Comunicações me apresentou um breve relatório em que sugere uma série de propostas que aperfeiçoariam o texto do Deputado João Arruda, estendendo a possibilidade desse tratamento tributário diferenciado a outras atividades relacionadas à implantação de *data center*, e com alguns outros questionamentos.

Nesse sentido, eu consulto a Presidência se poderia retirar hoje o projeto de pauta — é a primeira vez que ele vem à pauta —, com o compromisso de que hoje à tarde já vou me reunir com a assessoria, a nossa consultoria da Comissão para, na próxima quarta-feira, o colocarmos em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Da minha parte, meu caro Deputado Paulo Lustosa, não há nenhum problema.

Consulto o Plenário. (*Pausa.*)

O Plenário estando de acordo, o projeto está retirado de pauta, a pedido do Relator da matéria.



Na sequência, vamos convidar para compor a Mesa o Dr. Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, Diretor-Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO. V.Sa. é muito bem-vindo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CAMPOS - Sr. Presidente, antes de ele iniciar a palestra, peço 1 minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Pois não, Deputado Júlio Campos, ilustre ex-Governador do Estado de Mato Grosso. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CAMPOS - Obrigado. Quero apenas dizer a V.Exa. que eu, o Deputado Paulo Henrique Lustosa e o Deputado Ruy Carneiro cumprimos fielmente a determinação de V.Exa., representando esta Comissão na viagem de trabalho à Estônia, onde tivemos a oportunidade de manter contato com o Parlamento e autoridades do Governo. Estamos preparando um relatório sintético para fazer a entrega a V.Exa. e aos demais membros desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Júlio Campos. O êxito da missão já chegou ao nosso conhecimento, inclusive pelas autoridades diplomáticas daquele país, que nos comunicaram também o desejo da reciprocidade de virem ao Brasil.

Aqui é muito interessante a presença do Dr. Marcos Mazoni, para que nos ouça, porque eu já soube do interesse das autoridades da Estônia em ter uma melhor compreensão a respeito do sistema de imposto de renda.

Desta forma, quero parabenizar V.Exa. e os Deputados que compuseram a missão oficial, repleta de êxitos. Gostaríamos mesmo de depois ouvi-lo a respeito do que V.Exas. lá tomaram conhecimento.

Deputado Arolde, a Secretaria da Comissão pede que eu retire de pauta o item 12, de relatoria do Deputado José Carlos Araújo, tendo em vista a exposição que vai ser feita. V.Exa. está de acordo? *(Pausa.)* Muito bem.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, está confirmada, para a próxima semana, aquela discussão sobre a realização da WorldSkills?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Sim.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Com a presença do Presidente da CNI — Confederação Nacional da Indústria e de outros?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Sim.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Eles confirmaram a vinda, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Confirmado.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Quero confirmar, então, que, na próxima semana, vamos ter uma reunião, com o Presidente da CNI, para debater os jogos mundiais de capacidade e de qualidade, que nós representamos, e aqui nós vamos ter uma boa discussão sobre os futuros jogos que vão ser realizados, em 2015, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Confirmado para o dia 10.

Muito bem. O Dr. Marcos Mazoni, eu vou repetir, falará de novo sobre os seguintes temas: *As Medidas de Segurança no Tratamento de Informações Estratégicas do Governo Federal sob Guarda do SERPRO; O Novo E-mail Corporativo a ser Adotado por toda a Administração Pública Federal; e Os Principais Sistemas Desenvolvidos pelo SERPRO: Receitanet, SIAFI e outros.*

Há o prazo regimental, Dr. Marcos Mazoni, de 20 minutos. Peço a S.Sa. a compreensão para que nós possamos cumpri-lo, tendo em vista outras atividades, inclusive no plenário, que vão se desenvolvendo simultaneamente. Seja muito bem-vindo.

O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI - Bom dia a todas e a todos! Quero agradecer ao Presidente Paulo Abi-Ackel pelo convite e pela oportunidade de conversarmos aqui nesta importante Comissão.

Eu vou tratar do tema na ordem inversa até para mostrar um pouco onde o SERPRO — Serviço Federal de Processamento de Dados está situado na questão da segurança da informação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós temos três estruturas importantes que são responsáveis pela segurança no Governo Federal: nós temos o Exército, responsável pela segurança cibernética do País. Quer dizer, toda a questão de controle dos acessos às informações de segurança nacional é tratada pelo Ministério da Defesa, tendo o Exército como responsável, como uma ponta que coordena todas as nossas operações; nós temos, como segurança institucional do Governo, o Comitê de Segurança Institucional da Presidência da República, que também coordena todas as nossas ações; e o



SERPRO, que é responsável pela segurança da informação. Então, nós não somos da segurança cibernética do País, nós não somos da segurança institucional, mas nós somos responsáveis pela segurança da informação.

Por isso, eu acho que é importante a gente ter uma visão geral do que é o SERPRO. Eu insisto com isso, porque vocês vão poder perceber que o SERPRO poderia se classificar em um item, que é muito importante, que é a segurança de funcionamento do Estado brasileiro. Quer dizer, a quantidade de sistemas de informação e a qualidade deles, onde eles estão inseridos, permitiriam, em situação adversa de um ataque que nos colocasse, por exemplo, em não operação, a descontinuidade de serviços estratégicos do Estado brasileiro. É por isso que nós investimos tanto em segurança da informação.

Eu vou fazer aqui uma rápida apresentação sobre os nossos ambientes, o que é o SERPRO, onde ele está situado e o que nós fazemos dentro da nossa instituição.

O SERPRO é uma empresa que tem origem no Ministério da Fazenda. Os nossos sistemas principais são os sistemas de arrecadação da União. Então, todo recurso que entra nos cofres da União entra pelos Sistemas de Informação do SERPRO. Nós somos uma empresa vinculada ao Ministério da Fazenda, atendemos, de forma integral, a Receita Federal do Brasil, o Tesouro Nacional, a Procuradoria da Fazenda Nacional e as funções administrativas do Ministério da Fazenda. Com isso, nós também alcançamos outros Ministérios importantes, como o Ministério do Planejamento, a Presidência da República, toda parte de controle de veículos, que hoje é o DENATRAN — Departamento Nacional de Trânsito, ligado ao Ministério das Cidades. Estamos hoje também no Ministério da Justiça. Então, temos uma atividade bastante complexa — vou passar rapidamente por elas.

Nós estamos presentes em todo o território nacional, em todas as capitais do Brasil; somos 11 mil empregados no SERPRO e temos 11 unidades regionais. O que diferencia as unidades regionais dos nossos escritórios é que, nas unidades regionais, estão distribuídos os nossos 2.500 desenvolvedores. Nós somos a maior empresa de desenvolvimento, entre pública e privada, no Brasil. Desses 2.500 desenvolvedores, pessoas que escrevem códigos, 1.100 deles trabalham diariamente para a Receita Federal do Brasil. Nós, neste momento, já estamos



produzindo o Sistema de Informação, que vai permitir a construção do Imposto de Renda, por exemplo, de 2014. Para vocês terem uma ideia, e sempre é bom fazer algumas comparações, o País que tem o mesmo número de contribuintes pessoas físicas que nós é a Inglaterra. A Inglaterra também faz a declaração do Imposto de Renda pela Internet. Ela trabalha com 1 ano de janela aberta; nós trabalhamos com 4 meses. Nós começamos em janeiro e concluímos no final de março. Em maio, nós estamos concluindo a janela de entrega das declarações. Nós conseguimos fazer em 4 meses o que a Inglaterra faz em 12, por uma decisão tecnológica. Nós usamos a capacidade computacional do contribuinte. Nós entregamos para vocês um sistema de informação. Vocês baixam no seu computador. E vocês podem ali escolher a melhor forma, mas estão usando a sua capacidade computacional. Então, a nossa questão no Imposto de Renda, nesta primeira fase, é rede e não capacidade computacional. Isso nos permite fazer a entrega em 4 meses e não em 12. Por que isso é importante? Porque a Inglaterra vai fazer a malha no ano seguinte. Nós processamos a malha diariamente. Paramos o sistema da meia noite a 1 hora, processamos malha e, em 3 dias após a conclusão da janela, nós estamos com a malha pronta. A Inglaterra leva os 12 meses seguintes aos 12 meses de entrega para fazer a malha. Portanto, um contribuinte que tem devolução recebe na Inglaterra no terceiro ano consecutivo. E nós começamos a fazer as devoluções a partir do sexto mês. Então, há uma diferença aí baseada numa decisão tecnológica histórica do SERPRO de usar a capacidade computacional do contribuinte.

Nessas nossas unidades regionais, nós temos várias especialidades por região, mas atendemos todos os serviços, que eu vou citar aqui na sua maioria. Somos uma empresa focada em segurança. Este é um debate sempre muito quente com o setor privado, inclusive, porque os nossos custos, evidentemente, são custos maiores, mas o nosso foco é em segurança. Nós trabalhamos no sentido de preservar a informação do indivíduo, esteja ele como pessoa física ou pessoa jurídica, como, por exemplo, as suas declarações do Imposto de Renda. Então, não só todo o investimento que fazemos em segurança para o mundo externo, toda a proteção dessas informações dos ataques que sofremos... Para vocês terem uma ideia, na última semana de declarações do Imposto de Renda, 60% da nossa



capacidade de rede são ocupados com ataques. Então, nós temos que trabalhar para poder nos livrar, e livrar o contribuinte disso.

E, com esta complexidade da nossa rede, pessoas colocadas em todo o País — nós temos sempre 400 pessoas atuando nas bases de dados todos os dias —, nós temos que ter um rígido controle de acesso interno. A maior vulnerabilidade sempre em uma rede são os acessos internos. E a própria mídia tem demonstrado para vocês que, quando a gente tem algum tipo de vazamento, é um ataque interno. E nós temos que ter a capacidade de identificar essas pessoas do nosso ambiente. Por isso a preocupação séria com segurança. Nós guardamos informações de veículos, guardamos informações de condutores, Imposto de Renda Pessoa Física, Imposto de Renda Pessoa Jurídica, toda transação de transferências voluntárias e involuntárias da União passam pelos nossos sistemas de informação. Portanto, a segurança para nós é uma verdadeira paranoia que nós vivemos todos os dias.

No caso, nós trabalhamos com uma ideia constante de compromisso. Então, os sistemas de informações que começam a ser desenvolvidos pelo SERPRO, independentemente de qualquer coisa, nós concluímos e colocamos em produção e em operação. Temos hoje todos os ambientes de Internet: da Presidência da República, Tesouro Nacional, Receita Federal, todos estão com a gente.

Nós hoje temos um foco em Governo. Quer dizer, todos nós só atuamos para o Governo Federal. O SERPRO já teve atuações para a área estadual, para a área municipal. O nosso foco é Governo Federal, porque é onde nós temos a condição de prestar uma qualidade de serviço aprimorada e não ficar desviando o nosso foco.

Atuamos insistentemente com *software* livre. Toda a possibilidade que nós temos de desenvolvimento em *software* livre assim se faz. Neste último ano, o Imposto de Renda que vocês nos entregaram, todo o sistema de informação já foi todo desenvolvido em *software* livre — e era *software* livre. Isso garante ao contribuinte, por exemplo, a sua total liberdade na escolha do seu ambiente computacional. Já que nós usamos a capacidade computacional, não podemos exigir que o contribuinte tenha uma específica. Então, nós desenvolvemos em *software* livre para ser multiplataforma. Portanto, o contribuinte decide qual é o sistema operacional que ele quer na sua máquina. E isso, ao contrário do que muita



gente pensa, dá muito mais liberdade do que restringe. Então, esse é o nosso foco de desenvolvimento.

A nossa ferramenta de desenvolvimento hoje é uma ferramenta desenvolvida pelo SERPRO, chamada Demoiselle. Os códigos estão todos liberados na Internet. E vocês vão ver que o nosso correio também, que chamamos de correio seguro, é todo ele desenvolvido baseado em *software* de código aberto, em *software* livre.

E temos “n” projetos de responsabilidade social: os nossos telecentros; os infocentros, onde atuamos para a inclusão digital fortemente.

Temos uma série de títulos no mundo da governança. O SERPRO se caracteriza por qualificar o seu quadro técnico. Por isso, nós hoje alcançamos uma série de reconhecimentos do mercado.

Os nossos centros de dados estão situados em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo e Brasília é que estão as grandes máquinas, chamadas de *mainframes*. Juntando esses dois ambientes, a nossa capacidade de armazenamento hoje é de 3,8 petabytes. Petabyte é a unidade acima do giga, é um milhão de gigas.

E nós estamos em processo constante de expansão. Guardamos todas as notas fiscais eletrônicas do País inteiro. Elas são replicadas dentro do nosso ambiente, exatamente para fazer todo o processo da escrituração eletrônica, que vai permitir que a gente tenha as escriturações das empresas de forma antecipada. Por isso que guardamos e replicamos todas as notas fiscais eletrônicas. Só isso exige a capacidade 1 petabyte, e em processo de crescimento.

Guardamos também todas as informações de veículos e condutores. Isso também é uma base bastante importante.

E agora começamos a construir toda a base da segurança pública, onde nós teremos o Registro Civil Único; mas, antes disso, o SINESP — Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, que é o sistema que vai dar todas as estatísticas de segurança do País.

O centro de dados do Rio de Janeiro é onde nós armazenamos e operamos o que a gente chama de controle da economia: CVM, INPI, SUSEP — são aqueles órgãos mais ligados ao controle da economia; portanto, plataforma baixa. Temos lá um centro bastante moderno, hoje. Depois de mais de 40 anos, o SERPRO fará 50



anos o ano que vem. Fazia 40 anos que nós não tínhamos reforma no Centro de Dados do Rio de Janeiro, e hoje, nós estamos com ele completamente modernizado. Os Srs. Deputados vão receber um convite para a inauguração do Centro de Comando do Rio de Janeiro completamente modernizado, dia 16. Como acabamos de fazer em São Paulo, também, modernizando o nosso Centro de Dados.

O nosso *backbone* de rede é um *backbone* de capacidade de uma operadora, de uma *Carrier*. Nós temos um *throughput* de 10 gigas no *core* da nossa rede. E estamos presentes não só em todas as capitais, mas em várias cidades, especialmente em toda a fronteira do território nacional, até porque todo o sistema de mercadorias, toda a mercadoria que entra e sai do País, o sistema chamado SISCOMEX — Sistema Integrado de Comércio Exterior é um sistema desenvolvido e operado por nós. Todos os sistemas de serviços também, o SISCOSEV — Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio é operado por nós. Nenhuma guia de importação e exportação consegue operar se nós tivermos com alguma interrupção. Nós estamos presentes também na entrada e saída de pessoas, porque o sistema de passaporte eletrônico é um sistema nosso. Então, nós estamos em todas as fronteiras do nosso País.

Aqui é um pouco dos dados técnicos, que eu já comentei para vocês. Nós desenvolvemos basicamente os sistemas que nós operamos, por isso que nós temos 2.500 desenvolvedores.

Esta é a nossa rede. Para quem gosta um pouco de gráfico — estou vendo o Deputado Bittar, ali, que antigamente era da EMBRATEL —, nós temos uma rede *Carrier*. Na época, lá na década de 80, talvez nós tivéssemos a rede da EMBRATEL. O nosso porte de rede é esse. Agora, nós vamos fazer um salto de 10 gigas para uma rede de 100 gigas, para poder continuar operando o nosso serviço.

Este é o Expresso — eu vou depois falar um pouco mais sobre ele —, que é o nosso correio, agenda, catálogo, *workflow*, videoconferência, videochamada, ou seja, uma ferramenta completa de comunicação desenvolvida toda em *software* livre, toda em código aberto e que estamos agora implantando na administração pública federal de forma mais intensa. Nós já tínhamos isso tanto no SERPRO, quanto no Ministério do Planejamento, no Ministério da Fazenda e em parte da



Presidência da República. Agora nós vamos cobrir essas áreas e mais outros Ministérios que vão hospedar dentro do SERPRO, assim como o Ministério da Defesa.

Nós também somos certificadores digitais, somos uma autoridade certificadora. Diga-se de passagem, a única no País que opera não só com *software* nacional, mas com *hardware* nacional. Nós e o ITI — Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, que foi o grande desenvolvedor dessa estratégia — o SERPRO operou o ITI por muitos anos — também levamos para dentro da nossa Autoridade Certificadora esta capacidade do *software*, desenvolvido em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina, e o *hardware*, desenvolvido junto com a UNICAMP e a USP. Temos hoje a segurança da criptografia dentro da nossa Autoridade Certificadora completamente controlada por nós. É claro que isso é um processo constante de disputa. Quando a gente aprimora a criptografia, faz com que aqueles que querem derrubar a criptografia tenham que gastar um pouco mais de energia elétrica, porque têm que gastar mais processamento. E assim é essa disputa constante de melhorar a criptografia para proteger, e os outros tentam quebrar, como as agências norte-americanas fazem, as nossas criptografias. Mas quanto mais forte a nossa criptografia for, mais eles têm que gastar. É bem assim que a coisa funciona. A gente nunca vai ter uma criptografia inquebrável, mas ela tem que ser cara o suficiente para ser quebrada. Por isso é que eles estão fazendo outro centro no norte dos Estados Unidos, para diminuir o consumo de energia elétrica. Só para vocês terem uma ideia, a NSA — National Security Agency gasta, hoje, dez vezes mais que a USP em energia elétrica, porque usam muito processamento. Então, nós queremos que eles usem mais processamento ainda e gastem mais, para nos transformar um pouco mais protegidos que outros. Então, nós investimos fortemente nisso.

Temos um grupo permanente com a Universidade Federal de Santa Catarina e com a USP para fazer o desenvolvimento da criptografia em *hardware* nacional. Temos todos os nossos serviços em educação a distância, a formação dos funcionários públicos que vão operar os sistema de informação. Eles acessam a formação desses sistemas, como operar esses sistemas através de uma central de ensino a distância, que é totalmente baseado em *moodle*, que é uma solução em



software livre, que nos garante incluir tantos quantos funcionários a gente precise sem pagar licenças por funcionário.

Nosso centro de serviços, hoje, opera para todos os nossos Ministérios. Aquelas consultas ao Imposto de Renda, consultas ao Ministério da Justiça, ao Ministério das Cidades, nós operamos 24 horas no Centro de Serviços.

Eu vou passar mais rápido para a gente chegar a nossas soluções mais conhecidas. O Imposto de Renda é uma solução que opera hoje dentro do nosso ambiente. Nós trabalhamos com os dois ambientes, plataforma alta e plataforma baixa. Desenvolvemos as soluções de Imposto de Renda. Em todas as nossas 11 unidades regionais, nós temos desenvolvedores do Imposto de Renda. E, evidentemente, já estamos trabalhando com as soluções para 2014, já em processo de homologação pela Receita Federal.

Compras NET. Toda compra, via eletrônica, do Governo Federal é feita em cima do nosso sistema de informação ComprasNet, que é disponibilizado ao Ministério do Planejamento.

SISCOMEX — Sistema Integrado de Comércio Exterior, eu já comentei. Então, toda mercadoria que entra e sai do País passa pelos nossos sistemas de informação. Com isso, nós tivemos a obrigação de fazer o Porto Sem Papel. Então, hoje, qualquer ataque de navio no Brasil depende de nós estarmos com o Porto Sem Papel no ar. O objetivo de fazer o Porto Sem Papel é integrar sistemas da Marinha Mercante, que também é um sistema nosso; da Receita Federal, que é um sistema nosso; da Polícia Federal, que também é um sistema operado por nós; da ANVISA, que usa a nossa rede — o sistema é deles, mas usa a nossa rede —; e da própria administração portuária e do Ministério da Agricultura, que também só usam a nossa rede.

Nós criamos um grande portal em que o importador pode acessar a situação para ataque de navio desses agentes, que são agentes restritivos. Esses agentes impedem um ataque ou um desataque de navio. O nosso objetivo — estamos alcançando isso nos portos brasileiros — é derrubar o tempo médio de ataque do navio, que é de cinco dias, para um dia e meio, que é o tempo internacional de ataque de navio. Isso faz com que caia o Custo Brasil. Um navio gasta em torno de 5 mil dólares por hora. Portanto, se ele fica esperando é custo bastante elevado.



Nós estamos atuando fortemente para derrubar esse Custo, e agora vem com a janela única de importação, que botamos no ar esta semana. A gente acredita que o importador/exportador vai ter um conjunto grande de facilidades.

Aqui é um pouco do porquê de sermos a empresa de segurança do Governo, então, porque seríamos a situação ideal para uma contratação.

Os nossos principais sistemas — respondendo àquela terceira questão —, hoje, estão na Presidência da República. Toda assinatura de decretos, toda a assinatura que a Presidenta faz é dentro de um sistema de informação nosso, que interliga todos os Ministérios, com certificação digital, para que a gente possa ter uma transparência dessas informações. Hoje, todo o ambiente, inclusive, de agendamento da Presidenta é feito através do nosso sistema de informação, com georreferenciamento, para ver as possibilidades, inclusive física, de ela participar de agendas: acompanhamento de obras, acompanhamento do PAC e assim por diante.

Quanto ao SIAFI — Sistema Integrado de Administração Financeira, que vocês Parlamentares conhecem bem, nós estamos em processo de modernização, saindo da plataforma alta para a plataforma baixa, usando a nossa ferramenta Demoiselle. Nós esperamos, até o final de 2014, ter o SIAFI completamente modernizado, completamente em plataforma aberta e em plataforma baixa, com acessibilidade para muitas coisas. Além disso, todo o controle de leilões de títulos do Tesouro Nacional é feito em cima dos nossos sistemas de informação, praticamente todas as atividades da Receita Federal. As atividades que mais nos carregam demanda de serviços não é nem fazer o Imposto de Renda. Quando os Srs. Parlamentares aprovam aqui, por exemplo, um novo REFIS — Programa de Recuperação Fiscal, essa é a atividade que mais nos demanda mão de obra, porque nós precisamos quebrar todos os impostos, colocar essas suas legislações, para fazer a adequação legislativa de cada um desses impostos. A nossa unidade de Recife basicamente trabalha com refinanciamento de dívida, que é uma atividade sempre importante. Mas temos todos os serviços, hoje, da Receita Federal.

Todo o controle de pagamento das obras do DNIT é feito em cima do nosso sistema de informação. Isso foi uma demanda que aconteceu com o Tribunal de Contas. Nós internalizamos o sistema originalmente feito por uma empresa privada e depois desenvolvemos um sistema novo. Hoje, todos os contratos têm uma rigidez



de liberações. Hoje, estão vinculados todos os contratos do DNIT ao que determina o SIAFI. Isso era uma anomalia que a gente conseguiu resolver.

Na Polícia Federal, toda a parte de controle de armas, toda a parte de controle de entrada e saída pessoas é feita em cima do nosso sistema de informação. A sua relação com a INTERPOL é feita através do nosso ambiente. Assim como na CGU, com o Portal da Transparência, e no DENATRAN — Departamento Nacional de Trânsito, em que todo o controle de fabricação de veículos, todo o controle de sua vida é feito em cima do nosso sistema de informação. Então, os veículos quando nascem numa fábrica, para ganhar o número de chassi, têm que se vincular ao nosso sistema de informação, e, a partir daí, há todo um controle por nós de sua vida. Vocês vão ter contato com isso nos DETRANs, mas um DETRAN não opera se nós estivermos fora do ar. A mesma coisa vale para as carteiras de habilitação. No Ministério do Planejamento, Orçamento, todo o orçamento é montado dentro dos nossos ambientes, e depois o controle das obras, as compras, as transferências voluntárias e involuntárias, os convênios, que são o SICONV — Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal, tudo isso são ambientes hoje do SERPRO.

Só para dar uma ideia a vocês onde nós estamos, por que nossa preocupação tão grande com o controle de acesso não só de entrada como também de saída das informações dentro do nosso ambiente, e que situações de segurança e de vulnerabilidade nós temos, hoje, nesse mundo da tecnologia da informação: temos vulnerabilidade no mundo da rede mundial de computadores, que é a Internet; nós temos vulnerabilidade nas redes de governo; nós temos vulnerabilidades no que diz respeito ao mundo das nuvens; nós temos vulnerabilidades em centros de dados; nós temos vulnerabilidades de aplicações; e nós temos vulnerabilidades nos Correios. E foram com esses elementos que a gente procurou trabalhar, e estamos trabalhando dentro do Governo.

No que diz respeito ao mundo da Internet, nós estamos em um debate importante de governança da Internet. Hoje, os principais pontos de troca de tráfego na Internet acontecem nos 13 pontos de troca de tráfego que estão dentro dos Estados Unidos. Portanto, tem sido muito difícil interferirmos nisso, se nós não interferirmos na governança. O Comitê Gestor da Internet no Brasil, que é um



exemplo de gestão da Internet, conseguiu fazer troca de tráfego de várias operadoras. Hoje, nós temos as operadoras de telefonia celular trocando tráfego, quando é interno, dentro do Brasil, mas quando é externo, ainda temos dificuldade porque elas podem escalar para Miami, que é um ponto de troca de tráfego mais em conta para as operadoras. Essa é uma das coisas que a gente está procurando, junto com as operadoras, junto com o setor: que elas comecem a fazer troca de tráfego, mesmo entre operadoras, dentro do território nacional. Isso pode, inclusive com o projeto de novo centro de dados, de ambientes computacionais mais pesados, favorecer que tenhamos uma troca de tráfego mais forte dentro do nosso País.

Nós temos vulnerabilidades em cabos físicos que interligam a Internet brasileira com a Internet mundial. Todas as nossas fibras óticas passam pelos Estados Unidos, então há o projeto que o Ministério das Comunicações está tocando hoje que diz respeito ao anel de fibras óticas do PARLASUL — Parlamento do Mercosul, que é muito importante, porque passamos a ter um controle maior sobre o que denominamos camada três. Porque o maior problema não é o nível de transporte. Eu tenho dito constantemente para as operadoras — as operadoras estão muito preocupadas com o nosso decreto do Executivo — que nós não podemos fazer comutação de tráfego baseados em ambientes fora do nosso País. Camada de transporte não é o grande risco. O grande risco é a camada de inteligência, na qual fazemos efetivamente a comutação do tráfego. Por isso, nós estamos investindo, e temos aqui em Brasília uma infovia, administrada pelo SERPRO, na qual interligamos todos os ambientes do Governo Federal. Todos os Ministérios estão interligados por uma infovia, administrada por nós, com roteadores dentro do SERPRO, aqui em Brasília. Portanto, não trocamos tráfego nos Ministérios fora do nosso próprio ambiente. Evidentemente que nós temos os DNS — Domain Name System da Internet, nós temos a predominância de armazenamento de dados.

Deputados, eu tenho sempre uma ressalva com relação à questão do centro de dados localizado ser a solução para a segurança. Eu acho que ela é uma solução para a troca de tráfego e ela é uma boa política de investimento no País, mas se eu tiver um centro de dados no Brasil com predominância de atendimento à legislação norte-americana, não resolvi o problema. O fato de o Google ter um centro de dados



no Chile não significa que o cidadão chileno está mais protegido do que o cidadão brasileiro, porque o Google, mesmo no Chile, obedece à legislação norte-americana, e assim é o registro do Google nos Estados Unidos. Mesmo que não saibamos, quando fazemos um Gmail em algum momento estamos dizendo ao Google que aceitamos obedecer à legislação norte-americana. Quando se dá aquele aceite final, nós dissemos isso para eles. Eles não estão nem cometendo uma ilegalidade. Talvez uma imoralidade, mas isso é outro aspecto.

Nas redes do Governo, nós temos vulnerabilidade em predominância de redes comutadas fora do nosso ambiente. Eu aproveito aqui para dizer que eu fiz uma palestra sobre isso no Senado, e fui bastante criticado pelas operadoras, disse que elas são vulneráveis. Não estou dizendo que eles são vulneráveis. Estou dizendo que há pontos de troca de tráfego de Governo, em que temos a predominância de operadoras que usam equipamentos com *backdoors* — aí estou falando especificamente de alguns fornecedores norte-americanos, e não preciso dizer aqui o nome da Cisco. Portanto, nós precisamos ter as nossas trocas de tráfego nos nossos ambientes.

(Não identificado) - Desculpe, *backdoors*...

O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI - *Backdoors* são as portas dos fundos. O sistema...

(Não identificado) - É preciso haver uma tradução clara para eu poder entender.

O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI - O sistema operacional dessas máquinas... O que é um roteador? Um roteador é um servidor, é um computador mais robusto do que os computadores que nós usamos. Eles têm a inteligência de pegar a parte do tráfego aqui e dizer: “*Eu preciso encaminhar para esse outro lugar*”. Portanto, ele acessa o cabeçalho da minha informação. Quando ele acessa o cabeçalho da minha informação, o.k., ele não está acessando a minha informação, mas se o sistema operacional dele que faz essa leitura diz: “*Acesse essa informação e chupe essa informação*”, eu estou fazendo uma verificação imprópria do conteúdo: invasão!

Algumas máquinas que obedecem à legislação norte-americana têm obrigatoriamente, por decisão da agência norte-americana, que pôr *backdoor*.



Porque, quando eles ganham o direito de fabricar, os Estados Unidos exigem que eles também permitam o acesso em caso de necessidade. Como é em caso de necessidade, eles fazem de forma permanente. Nós acreditamos que precisamos auditar. E por isso aquele decreto falava em auditar. Nós não vamos usar esses equipamentos. Não é isso! Não estamos querendo isolar o País de absolutamente nada! Mas nós queremos poder auditar e controlar o tráfego *sainte*. Nós temos no SERPRO roteadores Cisco. Temos no SERPRO todas essas máquinas, só que nós controlamos o tráfego *sainte*, então, eu controlo o que sai também e posso derrubar: mesmo a máquina mandando a mensagem, eu derrubo.

Há possibilidade de vulnerabilidade? Sim. Há possibilidades, temos que constantemente atuar em cima disso. Não podemos dizer que nossa rede é 100%, mas pelo menos nós temos essa preocupação. Quando essa troca de tráfego acontece fora do meu ambiente, aí a coisa fica mais sensível ainda, é mais possível isso acontecer, sem nenhuma preocupação de controle. Estamos querendo, sim, que as redes de Governo — aí não estou falando mais da Internet global, estou falando das redes de Governo — tenham sua troca de tráfego dentro de ambientes do Governo; não é nem no País, é em ambientes do Governo.

Dados criptografados. Temos muito pouco uso de criptografia dentro dos nossos ambientes. Nós somos uma empresa especializada nisso, mas nós sabemos que usamos muito pouco a criptografia. Temos que investir mais em criptografia. É claro que investir em criptografia também significa investir mais em ciência e em pesquisa na matemática quântica. Eu não consigo hoje aprimorar a criptografia sem matemáticos quânticos. Nós temos um conjunto muito bom de matemáticos quânticos em centros especializados no Brasil — repito aqui, especialmente em Santa Catarina e São Paulo —, mas é claro que nós queremos expandir muito isso. O LNCC, no Rio de Janeiro, também tem uma especialidade muito boa nisso, mas nós precisamos expandir, para que possamos, como eu disse antes, aprimorar a nossa criptografia. Não que ela vá ser robusta o suficiente para nunca ser derrubada, mas que seja muito caro derrubá-la.

Não sei se as pessoas prestaram atenção nesses episódios, há um setor que foi pouco atacado — felizmente para nós —: o setor bancário brasileiro, porque ele tem a sua imagem no mundo de setor seguro, portanto, é caro de ser invadido. Não



é impossível, é caro, porque há que se usar muito processamento. Então, nós também temos que aprimorar os nossos ambientes de Governo.

Domínio da infraestrutura das aplicações usadas dentro de empresas privadas. Nós temos órgãos da administração pública que se utilizam desses *data centers*, dessas empresas privadas, para colocar informações estratégicas. Mesmo esses contratos que preveem criptografia cruzada, como é o caso desse fornecedor chamado *Google*, eles *outer backdoor*, a criptografia é absolutamente quebrada nesses ambientes de troca de tráfego. A nossa decisão interna, no Governo Federal, foi de não usar esse tipo de ambiente. Por isso veio o correio seguro, que, na verdade, é um correio desenvolvido e criado e por nós, com a garantia de não ter *backdoor*, e é evidentemente colocado dentro dos nossos ambientes.

Nós estamos sugerindo gestão, monitoração e auditoria por todo o Governo, coisa que o SERPRO já faz em seus ambientes — vocês viram a criticidade dos nossos ambientes —; usar protocolos de segurança e *software* de código aberto, o SSL. O SERPRO já usa isso dentro do seu ambiente, e estamos migrando para o IP versão 6. Por que o IP versão 6 é importante? Não é que o IP versão 6 seja mais seguro que o IP versão 4, mas, como eu tenho uma capacidade de numeração maior no IP versão 6, eu dou números para cada máquina, eu identifico a máquina, e não jogo um conjunto de numeração flutuante, que depois eu não consiga identificar. Por exemplo, alguém usou aquele endereço IP, quando eu vou em cima identificar, eu não identifico, porque aquele IP já está sendo usado por outras máquinas. Eu consigo segurar um endereço IP numa máquina específica, então eu sei quem está fazendo comunicação comigo.

Acabamos de migrar o *site* da Presidência da República para o IP versão 6. Todos os *browsers*, todos os navegadores, hoje têm capacidade de falar com o IP versão 6. Basta ele dar um o.k. adicional, que ele está autorizando que o endereço da máquina, chamado de endereço MAC, se corresponda de forma permanente com o endereço IP versão 6. Isso não onera ninguém. Nós, que temos que fazer a migração, somos onerados, é claro, mas isso faz parte do nosso negócio.

Criptografia eu já mencionei aqui, estamos investindo nisso.

Nuvem. Evidentemente o conceito de nuvem é muito importante porque, quando nós estamos falando do uso das nuvens privadas e criticando seu uso



dentro da administração pública, parece que estamos competindo com uma organização ou outra. Não é isso, é que o conceito de nuvem é diferente de Internet, muitas pessoas confundem ainda.

Na Internet eu tenho um único ambiente e posso ter até outro replicado. Quando vocês entregaram este ano a declaração do Imposto de Renda, estava balanceado São Paulo com Brasília, então vocês não percebiam se caía um ou se caía outro, e nós ficamos com 100% de disponibilidade este ano. Foi o primeiro ano em que nós tivemos 100% de disponibilidade, com os dois ambientes funcionando simultaneamente. Isso pode ser feito no conceito Internet, mas o conceito nuvem prevê a guarda e o armazenamento em vários ambientes, então obrigatoriamente eu tenho que ter mais de um ambiente. Se a Google tiver aqui um centro de dados, os dados não estarão 100% no Brasil, porque ela trabalha com nuvem e vai distribuir esses dados.

Por que a nuvem vem para substituir a Internet? Porque a ideia da nuvem é a de ter serviço 100% disponível. Para ter serviço 100% disponível, eu tenho que ter os dados e as aplicações replicadas em mais de um lugar, esse é o conceito da nuvem. Se eu não tenho isso, eu não tenho nuvem, eu tenho Internet. O que a gente diz é assim: resistente a falhas.

Antigamente, na década passada, quando a gente falava em resistente a falhas, a primeira coisa que vinha à cabeça da gente era sala-cofre — era a primeira coisa que vinha à cabeça da gente. O SERPRO não investe mais em sala-cofre, porque não é isso. Vocês imaginem: uma sala-cofre me permite, em 7 dias, levantar o serviço de novo. Aconteceu um incêndio, eu preservei a instalação e 7 dias depois eu consigo colocar no ar, porque eu vou ter que substituir cabos, eu vou ter que substituir todo o ambiente externo. Vocês imaginem nós ficarmos 7 dias fora do ar. Se nós ficamos fora do ar 1 dia, já dá 1 bilhão de reais em autorizações de importação e exportação. Em 1 dia nós não transferimos dinheiro para hospitais, para Estados, Municípios. Então, nós temos que trabalhar com o conceito de funcionar 24 horas, 7 dias, 365 dias, portanto resiliência absoluta. Isso a nuvem nos dá, por isso vamos para essa tecnologia. Não é mero modismo, é uma mudança tecnológica muito grande que fazemos de sair da Internet e ir para a nuvem.



Sabendo disso e muito antes de todas essas coisas, há 2 anos, nós decidimos no SERPRO que faríamos a nuvem de Governo, e fizemos, estamos com a nossa nuvem no ar. Evidentemente, para termos a nossa nuvem, nós apostamos em *software* de código aberto, em *software* livre. Nossa nuvem está baseada numa tecnologia chamada Openstack, para a qual agora quase todo o mundo está migrando, porque fica muito mais seguro. Todos os fornecedores participam, porque agora, não sendo uma nuvem de um único fornecedor, todo o mundo pode fornecer, só que eu controlo o ambiente. Uma nuvem tem nove níveis de *softwares* em pilha, desde a distribuição e o armazenamento dos dados, à orquestração, para eu começar a levantar máquinas no outro ambiente se um ambiente começar a falhar de forma simultânea.

Nós fizemos tudo isso em *software* livre e estamos com a nossa nuvem no ar. Fizemos isso muito antes dessa situação, porque achávamos que o Estado brasileiro não poderia portar as informações do cidadão, aquelas que são pertinentes à segurança, aquelas que são da individualidade — não são todas. A grande maioria das informações com que nós trabalhamos são públicas, não têm problema nenhum. No período do Imposto de Renda, nós sempre assistimos, nas redes sociais, a alguns *hackers* colocarem o meu *e-mail* para dizer que invadiram o nosso ambiente. Para quem quiser, o meu *e-mail* e o meu telefone estão no portal do SERPRO. A grande maioria das informações com que nós trabalhamos são públicas efetivamente, mas as informações do cidadão e das empresas não são públicas, essas nós temos que guardar.

Nós fizemos esse investimento em tecnologia desenvolvida no Brasil, na nossa unidade de Curitiba, e está hoje em operação nos nossos três centros de dados. Portanto, nós temos nuvem própria, nós temos *dropbox* próprio, porque não vamos também colocar numa nuvem o compartilhamento de documentos oficiais até eles serem decididos e, aí sim, divulgados; o processo de elaboração tem um padrão de sigilo.

Então, fizemos investimento nessa tecnologia, independente de tudo o que vinha, porque achávamos que essa vulnerabilidade era importante, e nós não podíamos abrir mão dessa tecnologia para termos a continuidade de 100% dos serviços em todos os lugares. Então, fizemos essa aposta no mundo das nuvens e



achamos que é a melhor solução. É claro que nós ainda temos que investir bastante no compartilhamento, na convivência de nuvens híbridas, porque nós não vamos deixar de passar a informação, por exemplo, de passageiros que entram e saem do País, que estão dentro do nosso sistema de informação, num provável acordo com o *trade* turístico, por exemplo. Então, nós temos que ter a capacidade de dar segurança também na troca das informações dentro dos ambientes de nuvens.

No centro de dados, nós temos acessos indevidos a aplicações e temos aprisionamentos tecnológicos. É nisso que nós temos investido bastante, para sair desse aprisionamento tecnológico, junto com as universidades. Nós temos hoje pesquisa e desenvolvimento em 11 universidades federais brasileiras — desenvolvimento feito pelo SEPRO, junto com as universidades, para que possamos não só desenvolver o *hardware* de roteamento brasileiro, que estamos fazendo junto com a USP. O *hardware* que nós usamos hoje é de criptografia. Termos o *hardware* brasileiro é possível. Nós já temos tecnologia desenvolvida nas universidades bastante robusta para fazer isso. Nós temos desenvolvimento das nossas ferramentas de desenvolvimento junto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a Universidade Federal do Paraná. Nós temos hoje, com a Universidade Federal de Minas Gerais, toda a parte de *big data* desenvolvida em cima de soluções abertas, controlada por nós e, evidentemente, pelo mundo universitário, acadêmico brasileiro. E nós temos o uso intensivo de *software* livre. Todos os nossos ambientes que estão sendo virtualizados hoje para se criar esse conceito de nuvem são feitos em cima de *software* livre.

Por isso, nós temos a nossa ferramenta, que é o Demoiselle, para desenvolver os códigos de todos os produtos que nós fazemos, porque aí nós controlamos absolutamente tudo; o que o nosso desenvolvedor manda uma aplicação fazer nós conseguimos auditar, porque é utilizado *software* de código livre.

Por fim, a questão do correio. Nós sempre apostamos nisso. Já é uma aposta, desde 2007, na nossa unidade de Porto Alegre, o desenvolvimento de um correio em *software* de código aberto dominado pelo SERPRO. Quando eu digo “dominado pelo SERPRO”, é porque nós não o fazemos do zero. Junto com a comunidade alemã, nós começamos todo um desenvolvimento, junto com a comunidade Tine,



antes EGroupware, alemã. Começamos o desenvolvimento de uma solução de escritório eletrônico que permitisse um sistema de comunicação. E nós tínhamos, evidentemente, duas preocupações, sendo muito honestos com vocês: uma delas era a questão da segurança, sim; e a outra, claro, era o custo, porque nós estamos falando em fornecer *e-mails* para todos os funcionários que estão no Sistema de Pagamentos da União, um sistema nosso, que estamos refazendo também, que é o SIAPE. Isso significa dois milhões de usuários. Se eu fosse comprar licença para dois milhões de usuários *full*, licença completa para correio, agenda, videoconferência — nossa ferramenta coloca 18 pessoas em videoconferência —, videochamada, catálogo, eu gastaria quase o que gasta o SERPRO só para dar *e-mail* para os funcionários públicos. Então, essa também era uma preocupação que a gente tinha.

Desenvolvemos essa ferramenta. Trabalhamos até este ano com a versão 2. Faz 2 anos que nós estamos desenvolvendo a versão 3, para que haja estabilidade. O foco tecnológico da versão 3 era a nuvem. Então, foi o que aconteceu. Isso nos obrigou a antecipar o cronograma. Era para colocarmos a versão em 2014. Nós já estamos colocando em 2013 a versão V.3, para que possamos dar a garantia de que nós hospedamos as informações e de que não há *backdoors*, não há vazamento dessas informações.

Eu espero ter conseguido contribuir um pouco sobre o tema. Fico à disposição, Presidente, para perguntas.

Obrigado. (*Palmas*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Dr. Marcos Mazoni.

Estão inscritos para falar o Deputado Jorge Bittar, o Deputado Izalci, a Deputada Iara Bernardi, o Deputado Colbert Martins, o Deputado Paulo Henrique Lustosa, o Deputado Paulão, nessa ordem.

Com a palavra o ilustre Vice-Presidente da Comissão, Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Deputado Paulo Abi-Ackel, Dr. Mazoni, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela, ainda que para mim de forma não surpreendente, brilhante, clara, precisa exposição acerca de temas que são objeto de nossa preocupação. O tema segurança está colocado em



pauta de forma enfática, porque o tema segurança sempre esteve presente, mas não com tanta ênfase quanto agora, em virtude das ações de espionagem largamente difundidas e que ocorreram de forma grave não só no Brasil, mas particularmente em nosso País.

Também abordamos as soluções de Governo. Enche-nos de satisfação, de alegria e de orgulho ter uma empresa como o SERPRO comandado por V.Sa., realizando um trabalho com esse grau de qualidade e de confiabilidade, efetivamente. O Imposto de Renda é seguramente uma solução hoje elogiada internacionalmente, mas há outras iniciativas igualmente importantes, que merecem a nossa admiração.

Sobre o tema segurança, embora V.Sa. tenha aqui já declarado que não existe sistema 100% seguro, eu acredito que todo o nosso corpo de Governo tem-se mobilizado em torno da busca de sistemas cada vez mais seguros. O senhor colocou aqui a questão da Internet, da nuvem combinada com as redes de Internet. Agregando a isso, eu colocaria o problema da mobilidade, que a nuvem também facilita. Esses elementos introduzem possibilidades de vulnerabilidade bastante grandes. Em relação à mobilidade, há uma preocupação específica? O fato de um servidor de Governo, um funcionário público se deslocar pelo País com necessidade de acesso a informações em que medida pode ser um elemento de grande vulnerabilidade? Que medidas podem ser adotadas para que a gente possa blindar cada vez mais esse elemento?

O que ficou muito claro para mim também da exposição de V.Sa., voltando ao plano geral da segurança, que já foi sublinhada em outras audiências públicas, é a necessidade de tecnologia brasileira para que a gente possa prover equipamentos de *hardware e softwares* que sejam verdadeiramente confiáveis, porque não basta uma empresa — vamos pegar uma delas, uma empresa dominante no mercado — como a Cisco, por exemplo, empresa de excelência tecnológica, declarar que aqui no Brasil não comercializa equipamentos que possam dispor de *backdoors*. Ela tem declarado isso.

Às vezes, mesmo a realização de auditoria para a homologação desses equipamentos é muito complexa, porque muitas vezes são arquiteturas fechadas, que não permitem acesso pleno às informações do desenvolvimento desses



produtos, ao passo que, se nós desenvolvermos isso em território brasileiro, com tecnologia brasileira, preferencialmente com *software* aberto, nós poderemos ter mais segurança. De outro lado, nós poderemos desenvolver a indústria brasileira, a tecnologia brasileira também.

Eu gostaria também de indagar de V.Sa. se o SERPRO está desenvolvendo ou pode desenvolver alguma solução que possa viabilizar cada vez mais a participação da sociedade na... Nós queremos avançar na chamada legislação participativa. É desejo da Casa, expresso por muitos Parlamentares, a ideia de que os cidadãos possam opinar sobre projetos de lei, possam apresentar — já podem fazê-lo, só que hoje têm que fazer em papel, com assinatura recolhida — projetos de leis. Em que medida a gente pode desenvolver algum sistema que tenha confiabilidade no sentido de identificar de maneira inequívoca quem está subscrevendo aquele documento? Isso pressuporia, possivelmente, a certificação digital, só que a certificação digital é difícil e é relativamente cara para alguns setores da população. A gente pode desenvolver alguma plataforma, eventualmente baseada em certificação digital, que possa identificar claramente os cidadãos e que possa ser relativamente barata para os cidadãos, para viabilizar mecanismos de participação da sociedade?

Gostaria de ter alguma informação sobre a carteira de identidade digital, que em algum momento se articulou no País. Em determinado momento, isso parou — parece-me, pelo menos. Esse seria um documento extremamente interessante, que poderia reunir muitas informações sobre os cidadãos. Claro, implica alguma vulnerabilidade para os cidadãos, mas por outro lado pode facilitar muito a vida dos cidadãos. Em que pé está isso? E há parceria para outras aplicações do SERPRO, na área de saúde, na área de educação, enfim, soluções que possam melhorar a qualidade dos serviços públicos e aumentar a produtividade, reduzir custos e coisas dessa natureza.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Concedo a palavra ao Deputado Izalci.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu vou ler uma nota da Frente Nacional da Tecnologia da Informação e gostaria que V.Sa. comentasse sobre essa nota. Depois, farei uma pergunta sobre a questão do Exército.

A nota da Frente Nacional da Tecnologia da Informação diz o seguinte:

“Medidas de segurança e o tratamento da informação estratégica do Governo Federal

Em reação direta ao incidente envolvendo a espionagem de autoridades e empresas brasileiras por órgãos do Governo dos Estados Unidos e outros, a Presidência da República emite o Decreto nº 8.135, de 2013, invocando o art. 24 da Lei nº 8.666, que preconiza em seu inciso IX, a dispensa de licitação, em caso de ameaça à segurança nacional. Nele, praticamente, determina a estatização do sistema de telecomunicações, redes e softwares que servem aos órgãos da administração pública federal.

Antes das considerações técnicas, é importante ressaltar o aspecto político em que uma ação de espionagem do estrangeiro, de certa forma agressiva a toda sociedade brasileira, não somente ao Governo, gera uma reação que se volta contra essa mesma sociedade na forma de alijamento de suas empresas com os negócios de informação com esse mesmo Governo.

Observa-se que o art. 24 da Lei nº 8.666 não preconiza essa estatização, apenas a dispensa da licitação no intuito de obter-se, em forma emergencial, a solução de uma questão que afete a segurança do País.

Aí é que a questão técnica toma importância, pois se presume no decreto que a solução tecnológica de tal questão somente se resolve no seio do próprio Governo, sem a participação das empresas privadas que operam com tecnologias afins no País.



Neste momento, não se pode afirmar uma coisa nem outra, porque, por exemplo, não se conhece nenhum estudo aprofundado que garanta à empresa de tecnologia do Governo, o SERPRO, que seja especializada em criptoanálise com a competência suficiente para impedir que os sofisticados sistemas estrangeiros decifrem as mensagens secretas trocadas pelo Governo e suas empresas. Pelo contrário, elas apenas se utilizam de um software desenvolvido fora do País — Alemanha — e localizado, traduzido no Paraná, CELEPAR.

Por outro lado, o nosso País conta com diversas empresas privadas e institutos de ciência e tecnologia com alto grau de sofisticação tecnológica em criptoanálise e capazes de abordar o problema em questão com maior eficiência e garantia dos resultados.

Tal assunto remonta aos milênios, com escravos transmissores de mensagens secretas gravadas em suas cabeças e depois cobertas pelos cabelos, até a evolução exponencial a partir e por causa da Segunda Guerra, e tem em seu futuro a computação quântica como um ideal a ser atingido. Em todos esses casos, há uma coisa em comum: o essencial não é software, não é o hardware, mas os mecanismos de proteção da chave, que embaralham as informações.

Toda tecnologia moderna baseia-se nessa premissa. Portanto, estatizar os softwares de comunicação e os meios de transmissão são e serão completamente inócuos se a chave criptográfica não é inviolável, no sentido da dificuldade da sua decodificação.

Por esse motivo, as entidades que compõem a Frente Nacional da Tecnologia da Informação — FNTI consideram que a questão é extremamente relevante e é



preciso que o País encontre as melhores alternativas em curto prazo, mas que a metodologia proposta do decreto citado merece melhor discussão com toda a sociedade e correção de rumo, conforme evoluam as conclusões respaldadas em seus aspectos políticos e tecnológicos.”

Essa é a nota da Frente Nacional. Eu gostaria que V.Sa. a comentasse.

Faço uma outra observação. Eu visitei recentemente o Centro de Informação do Exército Brasileiro, que tem um sistema desenvolvido pelo próprio Exército de criptografia, em termos de dificultar realmente as interferências e os acessos externos na tecnologia adotada pelo Exército Brasileiro. Eu indago: por que os Ministérios e a própria Presidência da República não utilizaram essas ferramentas já adotadas pelo Exército, que, segundo informações, são de alta tecnologia e muita segurança, para evitar o que aconteceu, pois, segundo informações, alguns *e-mails* inclusive eram Outlook e outros programas?

Então, são essas duas observações que eu gostaria que V.Sa. comentasse

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Izalci. Com a palavra a Deputada Iara Bernardi.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Boa tarde. Eu só queria reforçar o pedido de informações que o Deputado Jorge Bittar fez, com relação à prestação de serviço que o SERPRO pode fazer para serviços sociais, como saúde, educação e outros. O senhor apresentou um quadro aqui de cursos que podem ser oferecidos a Prefeituras e a outras instituições. Eu queria que o senhor aprofundasse um pouquinho mais isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Com a palavra o Deputado Paulo Henrique Lustosa.

O SR. DEPUTADO PAULO HENRIQUE LUSTOSA - Primeiro, eu queria cumprimentar o Sr. Mazoni pela apresentação e nos felicitar, porque acho que, pelo que vimos discutindo aqui na Comissão, muitas das posições que o Diretor-Presidente do SERPRO colocou convergem com o que temos debatido aqui, Sr. Presidente. Primeiro, é esse entendimento de que o enfrentamento do problema da segurança da informação não é uma questão de localização física de *data centers* ou de base de dados, mas fundamentalmente uma necessidade de investimento



cada vez maior em tecnologias, em equipamentos, como o Deputado Jorge Bittar já mencionou.

O segundo ponto importante, Deputado Izalci, é algo sobre o qual cabe um esclarecimento do SERPRO e que de certa forma pode ajudar nessa discussão que V.Exa. levantou e tem a ver com esse entendimento da importância de separarmos Governo e sociedade na questão da gestão da informação. Ou seja, as informações que são do Governo ou do Estado — melhor que Governo; separar Estado e sociedade —, elas podem e, a meu ver, merecem um tratamento estatizante mesmo. Ou seja, as informações do Estado devem ser geridas, roteadas, manejadas essencialmente pelo Estado e por soluções, empresas e equipamentos do Estado. As informações da sociedade devem ser tratadas de maneira muito mais livre para estimular competição, concorrência, inovação. E, aí, nós legisladores vamos ter o desafio, nos decretos e nas normas, nessa área de transição, de diálogo entre as informações que são nitidamente de Estado, as que são nitidamente privadas, e essas que estão no meio, como o exemplo citado.

E é importante a gente entender e aprofundar a discussão de que não é possível ou não me parece possível oferecer soluções de segurança ou de inviolabilidade absoluta. O que nós estamos discutindo é: qual é a solução que produz tanta ineficiência para quem queira violar que não seja um bom negócio violar. Então, vai ter sempre uma relação de custo/benefício sobre o quanto o violador acha que pode ganhar e o quanto custa para ele obter aquele ganho, para desincentivar essas atividades.

E eu tenho especial interesse em entender a infovia, já que ela é, pelo que eu entendi da sua fala, Mazoni, o coração dessa estrutura de Estado para proteger as informações de Governo. Gostaria de saber como é que ela está estruturada, como é que ela se relaciona com os bancos de dados. Como o Júlio disse, na Estônia eles têm uma infovia. Eles operam em cima de uma infovia todos os sistemas de governo, mas, setorialmente, cada área faz e maneja as suas bases de dados — a área de segurança, a área de saúde, a área de educação —, de forma autônoma, mas todos compartilham essa infovia e todos têm procedimentos e protocolos comuns de transação com essas informações. Mas têm essa infovia, que utiliza



infraestruturas públicas e privadas, mas que é gerenciada, pelo que eu entendi, também pelo Estado.

São essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar a Comissão, que trouxe o Presidente do SERPRO, que fez, sem dúvida alguma, uma grande apresentação, um processo de aprendizado para nós todos.

Eu queria que o Presidente pudesse aprofundar o Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013, principalmente em relação ao § 3º, do art. 1º, que diz:

“Art. 1º.....

§ 3º Os programas e equipamentos destinados às atividades de que trata o 'caput' deverão ter características que permitam auditoria para fins de garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações, na forma da regulamentação (...).”

Então, isso é importante. Inclusive, o pessoal da assessoria da Casa falava que a Câmara dos Deputados não trabalha com *software* livre; toda nossa informação depende da Microsoft. Então, seria importante, Sr. Presidente, a própria Câmara discutir essa situação e, já que tem um serviço de *expertise* tão forte como o SERPRO, aproveitar esse processo.

Também, a exemplo do colega que me antecedeu, o Deputado Lustosa, eu concordo e defendo a tese — e aí é um problema de concepção — de que o Governo tem que ter controle relativo ao processo das suas informações, inclusive no decreto, quando define a dispensa da licitação, principalmente nos casos recentes como esses. Com todo o respeito ao Deputado Izalci, que destaca a questão do Exército, eu acho que não tem processo de conflito. Eu acho que a gente teria de ter uma unidade de ação, porque, se o Exército está com esse *software* tão avançado, como é que ele não consegue controlar os desvios dos carros-pipas do Nordeste, como o *Fantástico* colocou agora? Seria só colocar um processo simples



de controle, básico inclusive, um *chip*, que envolve inclusive estrutura interna. Então, eu acho que teria que haver uma unidade de ação.

Eu queria deixar também uma reflexão e última pergunta em relação à DATAPREV, Presidente. A gente percebe que existe uma estrutura imensa em relação ao banco de dados de informática, que a Previdência Social no Brasil tem uma influência enorme, a movimentação de recursos é maior do que o PIB do Uruguai. Claro! Esse modelo deveria ser separado. Claro que pode ter autonomia, mas uma empresa única não seria melhor? Qual a sua visão em relação a essa questão de o SERPRO ter um controle único, a DATAPREV? É claro que há uma relação de poder no que se refere a isso.

Por último, com relação ao debate que esta Casa começou a fazer, qual a sua opinião em relação ao Marco Civil da Internet? O que o diferencia? Quais são os pontos nevrálgicos?

Parabéns! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Devolvo a palavra ao Dr. Marcos Mazoni para que responda as indagações dos Srs. Parlamentares.

O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI - Muito obrigado pelas perguntas, porque eu acho que os ajuda bastante aqui a esclarecer.

Primeiro, Bittar, obrigado pelas suas palavras. Nós nos conhecemos há tantos anos, no setor de telecomunicações. Eu tenho usado como exemplo inclusive o setor de telecomunicações, quando a gente enfrenta esse debate de conhecimento nacional, da possibilidade de a gente usar mais conhecimento nacional e, em contrapartida, se isso está estatizado, como é que fica.

Na nossa época do setor de telecomunicações, que era um setor estatizado, eu trabalhava na empresa de telecomunicações do Rio Grande do Sul. O Bittar trabalhava no Rio de Janeiro, na EMBRATEL, que era o nosso *carrier*. Nós tínhamos no Brasil, naquele momento, capacidade de produzir central telefônica digital. Nós produzimos centrais. Eu era projetista de central telefônica, eu implantei a segunda maior planta no Brasil de Central Trópico RA. Então, nós produzimos centrais muito mais baratas do que as centrais estrangeiras. E como nós tínhamos uma síndrome de que o que era nacional era ruim... E com três planos de comutação. Uma central estrangeira tem um plano de comutação. Eu estou falando de Ericsson, Neck,



Siemens, com um plano de comutação. A nossa tinha três planos de comutação e era mais barata do que a central estrangeira. Nós éramos o único país abaixo da linha do Equador que tinha emenda de fibra ótica feito no CPqD da TELEBRAS, em Campinas. Bom, era o único lugar que tinha cartão magnético para telefone público, em função das características do nosso País. O dinheiro valia tão pouco que nós não podíamos trabalhar com fichinhas, porque era capaz de o cara ter de botar fichinha durante a conversa porque estava perdendo o valor. Então, nós tínhamos esse desenvolvimento no CPqD da antiga TELEBRAS.

Quanto à segurança em mobilidade, isso é estratégico, porque nós sabemos que o que também movimenta... Eu falei sobre a questão de tecnologia de nuvem pelo ponto de vista do produtor, do fornecedor de serviço, mas é claro que o que anima o usuário final é a mobilidade que a nuvem vai fornecer. Então, essa é uma preocupação muito grande. Os sistemas operacionais hoje, por exemplo, dos *smartphones*, na sua esmagadora maioria, mesmo aqueles que usam hoje soluções baseadas em Linux, como é o Android, exigem que, para eu fazer a ativação do *smartphone* Android, tenha um Gmail. Então, ali eu já entreguei um *backdoor* direto! Então, agora vem aí o Mozilla OS, que vai nos dar uma garantia maior de controle do sistema operacional.

Quanto ao Expresso, nós já o fizemos com interface HTML5, que vai otimizar sua utilização no Mozilla OS. E a gente acredita que, junto com outros sistemas operacionais fechados, ele vai ser o que mais vai crescer, até porque um grande fabricante como a Samsung, saindo do Android, vai gerar uma quebra na continuidade desse sistema operacional. Então, nós estamos muito preocupados com isso. Estamos desenvolvendo uma certificação para esses aparelhos, mas sabemos que nós não resolvemos todas as vulnerabilidades nesses aparelhos de mobilidade em função de esses sistemas operacionais estarem vinculados a esses grandes fornecedores e que têm suas políticas de segurança que nos invadem. Então, é preciso aprimorar. Não haverá a evolução das nuvens sem mobilidade, mas a mobilidade é um elemento de vulnerabilidade importante.

Nós já temos hoje um certificado que é possível colocar, especialmente no Android, mas ele tem essa porta de comunicação com o Gmail, que nos prejudica



um pouco. Estamos trabalhando com o Mozilla OS e outros sistemas operacionais que estão emergentes.

Nós temos já muita aplicação de mobilidade. Hoje nós entregamos à Polícia Rodoviária Federal o acompanhamento de placas, de veículos para as estradas e tudo, usando mobilidade. Nós temos que nos preocupar com segurança é um dado importante.

Nesse mundo das tecnologias inclusive de roteamento, nós não estamos excluindo os fornecedores internacionais. Não é isso. E essa foi a preocupação daquele item no decreto de auditabilidade, porque o que nós queremos efetivamente é poder trabalhar daqui para a frente com o negócio que a gente chama de *OpenFlow*. Quer dizer, a máquina que faz o roteamento é composta de *software* e de *hardware*. Nossa maior preocupação é esse *software*, que é a inteligência da máquina. Eu costumo brincar dizendo que o *software* é aquilo que a gente xinga e o *hardware* é aquilo que a gente chuta. Então, não estou preocupado tanto com o *hardware*, apesar de existir criptografia em *hardware*, mas nós já temos hoje conhecimento para ter criptografia em *hardware* e, portanto, nós temos muito conhecimento em criptografia. Talvez nós sejamos um dos países mais avançados em criptografia no mundo, não tanto quanto os Estados Unidos, mas estamos bastante avançados no assunto. Nós temos excelentes especialistas em Matemática Quântica, talvez não no volume que, achamos, precisamos ter, mas temos excelentes especialistas em Matemática Quântica.

Mas nós queremos discutir, e eu tenho feito essa discussão com esses fornecedores, com a Cisco, sobre o uso de *OpenFlow*, ou seja, a camada de roteamento ser uma camada que eu consiga auditar o *software*, que eu consiga enxergar o que o *software* está fazendo e como é que ele faz aquela operação. Se o fornecedor tem o objetivo de me oferecer uma máquina que faça o roteamento e que eu não fique com a possibilidade de alguma coisa além disso acontecer, nós entendemos que o fornecedor não tem problema nenhum de passar por um teste caixa fechada ou caixa aberta, caixa preta ou caixa branca, onde eu vou enxergar os seus códigos. Eu não vou divulgá-los, eu não estou dizendo que vamos, a partir daí, acabar com a reserva de conhecimento que ele tem ali, mas eu quero enxergar os códigos, o que eles estão fazendo e se eles estão apresentando algum elemento de



backdoor ou não. Se o fornecedor tem a honestidade de entregar aquilo que eu estou comprando, não me parece lógico ele reagir a eu querer enxergar o que está acontecendo. Se eu compro um carro, eu quero saber como é que ele funciona. Eu não estou dizendo que vou reproduzir esse carro. O direito de autoria do carro continua lá, e eu não estou interferindo nisso. Então, nós queremos, sim, atuar com tecnologias de *OpenFlow*.

Nós achamos que existe inteligência suficiente no Brasil hoje, no mundo universitário. Precisamos ter uma melhor política de trazer esse conhecimento para a indústria. Nós temos a indústria nacional que faz equipamentos de porte médio e podemos subir, sim, escalar, sim, assim como a China fez.

A China fez uma opção por outra tecnologia fechada, uma tecnologia que eles dominam. E eles têm lá os seus *backdoors*. Então, também não adianta eu tirar a Cisco para botar a Huawei. Agora, eles fizeram uma opção de ter uma solução em que eles controlam essa tecnologia. Por que nós não podemos fazer isso, se nós temos capacidade de conhecimento bastante grande? Isso incentiva a indústria nacional. Isso, ao contrário, incentiva a indústria nacional.

Eu estou sendo procurado não só pelo mundo acadêmico, mas pelas indústrias. Nós temos hoje 13 empresas que fazem roteamento no Brasil, que fazem máquinas no Brasil e estão enxergando isso como uma oportunidade, uma oportunidade de elas começarem a produzir com códigos que possam ser auditáveis. Eu não estou nem querendo que eles me entreguem os códigos, só quero auditá-los e, portanto, dar uma garantia maior e abrir um mercado. Hoje, esse mercado é restrito nos Estados Unidos.

É interessante que as empresas que vendem as coisas aqui não gostam de olhar como é em seu país de origem. Lá é proibido comprar equipamento de roteamento que não seja norte-americano. Lá é proibido comprar equipamento que não seja norte-americano! E aqui eles querem o livre mercado nessa nossa atividade. Então, são dois pesos e duas medidas. E nós não estamos dizendo que não vamos comprar equipamento norte-americano. Não é isso! Nós só estamos dizendo que, aqui, a regra que nós queremos é a de poder enxergar os códigos. Nós queremos poder ver o que é que fazem esses equipamentos. Mas eu vou falar um pouquinho mais disso.



Quanto à participação da sociedade, Deputado, nós temos, sim, conhecimento — é evidente que o Deputado sabe disso — para fortalecer a indústria nacional e as universidades no Brasil para fornecer serviços nesse mundo. Nós não somos dependentes, por natureza, no mundo da tecnologia da informação e nem no mundo do *hardware*.

A participação na sociedade é uma preocupação grande. Eu até acho que nós podemos aprofundar isso, talvez, num outro encontro ou diretamente com os Deputados aqui. Nós temos uma solução, Deputado, desenvolvida lá na nossa unidade de Salvador, na Bahia, baseada em tecnologia de *software* livre chamada Noosfero, que é uma rede social que nós vamos lançar na próxima semana, na Presidência da República.

O participatório é usando uma tecnologia desenvolvida pelo SERPRO, na verdade, desenvolvida pela comunidade e incorporada pelo SERPRO, a comunidade basicamente lá de Salvador. Nós temos várias pessoas nossas que participam da comunidade, então, nós evoluímos na solução do Noosfero. É uma rede social! É claro que não vamos deixar de nos comunicar com o Twitter, Facebook, com essas outras redes, mas a informação que será postada, aquilo que o cidadão vai se comunicar com a Presidência da República, será por meio de uma rede social. A informação estará guardada dentro do SERPRO. num ambiente que é nosso e com a garantia dos códigos criados por nós.

Então, essa solução pode ser perfeitamente compartilhada com a Câmara dos Deputados, com o Parlamento de uma maneira geral, para que a gente possa ter outros participatórios operando dentro dos ambientes do próprio Congresso. Não precisa nem ser no SERPRO, mas dentro dos próprios ambientes do Congresso. Trata-se de uma solução brasileira, robusta, e nós estaremos lançando com a Presidenta na semana que vem. É um projeto de participação, e várias políticas públicas serão discutidas.

E nós vamos dar, inclusive, a garantia de reconhecimento da pessoa e de não guarda das informações, porque essas outras redes sociais usam uma ferramenta da Google, que não só identifica a pessoa, mas guarda a identidade delas. Então, você inclusive pode saber quem se manifestou contrariamente a alguma coisa. Nós não queremos isso. Então, nós vamos ter um mapa de utilização e o total descarte



das informações individuais. Quer dizer, a pessoa se identificou, fez o seu comentário, eu guardo estatisticamente de que região, qual sistema operacional usou, mas, depois, eu descarto essa segurança do indivíduo, para que ele não fique marcado por se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Eu gostar de obter uma pequena informação acerca desse tema. Há alguma forma de identificação, digamos assim, relativamente barata para o cidadão? Porque há a sua preocupação de não identificar, o que é correto, mas há situações em que a identificação é importante. Por exemplo, se o cidadão quer subscrever um projeto de iniciativa popular, nós precisamos ter a certeza de que é o Fulano de Tal, identificado inequivocamente. Há a possibilidade de fazer isso de forma relativamente barata ou não?

O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI - Há possibilidade de se fazer de forma relativamente barata e aí entra nesse outro tema que foi objeto de pergunta, que é a questão da carteira de identidade digital. Isso pode ser um elemento importante na solução dessa identificação. Por que eu digo isso? Porque isso é a forma de entregar um certificado digital num documento, o que iria baratear bastante o certificado digital desse documento.

Qual é a dificuldade que a gente vive hoje da carteira de identidade digital? Evidentemente que, nesse tema, sempre há uma disputa de modelos. O Governo Federal definiu o modelo que quer, e o que ele quer é um modelo que guarda não só os dados biométricos, mas se relaciona com os dados biográficos, porque essa é uma falha de vários projetos.

Se a gente fizer uma comparação entre, por exemplo, o projeto de Portugal e o projeto do México, no projeto do México a pessoa passa a existir na medida em que recebe o documento de identidade; no projeto de Portugal a pessoa, na sua existência, em algum determinado momento, passa a ter um registro de identidade, o que são coisas completamente diferentes.

É como acontece com o veículo. O pessoal até diz: *“Mas, Mazoni, o SERPRO já faz a carteira de motorista”*. Não, mas o que eu considero mais adequado é a gente comparar com o carro, por mais absurdo que isso possa parecer. O carro, quando ele nasce na fábrica, eu dou para ele, no sistema nacional, o número de chassi e começo a acompanhar nota fiscal, começo a acompanhar tudo o que vai



acontecer até a saída do documento no DETRAN. Se no DETRAN for vendido, tudo vai falar com o nosso sistema de informação.

Nós queremos a mesma coisa para as pessoas. A DATAPREV está trabalhando em todo o registro, já que ela começou a fazer todo esse acompanhamento dos nascidos vivos e dos falecimentos, junto aos cartórios. O Estado de São Paulo fez um bom trabalho sobre isso e tem uma base hoje centralizada dessas informações. Então, nós queremos pegar essa base biográfica, ou seja, a informação desde o nascimento da pessoa, tudo o que está acontecendo com ela, para então, em um determinado momento, dar um número único com o registro digital e dar um certificado digital. E, aí, eu consigo identificar essa pessoa de forma objetiva e clara quando ela quer se manifestar dessa maneira, ela quer fazer um registro da sua participação.

Então, esse é o modelo que nós estamos perseguindo agora no Governo Federal e que está sob o controle do Ministério da Justiça. Nós fizemos uma visita à solução da Índia na semana passada — os técnicos foram à Índia junto com o Ministério da Justiça — e devemos, então, começar a acelerar esse projeto em 2014. Nosso objetivo é que a gente tenha algumas bases importantes acontecendo já em 2014, como, por exemplo, a dos funcionários públicos, de que eu tenho toda a base biográfica. Eu posso introduzir uma base biométrica dos funcionários públicos e, por exemplo, esse registro passar a ser o crachá, passar a ser todos os acessos a todas as informações e tudo mais. Então, nós pretendemos acelerar o projeto nessas bases.

São Paulo tem uma base biográfica importante; então, é associá-la à base biométrica. E vamos fazendo parcerias com os Estados para que a possamos avançar nisso e a pessoa não ter que dar duas informações para a mesma coisa. Então, é usar as informações que elas já têm. Então, essa é a questão da carteira de identidade digital.

Nos serviços públicos, nós fomos acionados, mas não é o foco de trabalho do SERPRO. O nosso foco é a melhoria da qualidade da gestão pública, mas no mundo da gestão financeira da União. Mas nós fomos chamados para o Projeto Cidades Digitais. Então, no projeto do Ministério das Comunicações, o SERPRO estará provendo soluções, na sua nuvem, para a saúde, junto com o Departamento de



Informática do Sistema Único de Saúde — DATASUS. Estamos internalizando os sistemas do DATASUS.

Sabemos bem que os sistemas são mais antigos, então não foram desenvolvidos com foco na nuvem e nós vamos ter que abrir um servidor por Prefeitura, mas vamos resolver isso tecnologicamente e vamos portar essas soluções para trezentos e poucos Municípios.

Eu tinha agora, ao meio dia, uma reunião — já passou — no Ministério das Cidades, para ver como a gente pode avançar para os demais de maneira a apresentarmos uma solução de agendamento para a saúde — inclusive está sendo feito na Universidade Federal do Paraná uma solução de agendamento para as unidades básicas de saúde — e de integração com o cartão SUS, a partir dessa solução que nós vamos disponibilizar em nuvem para as cidades com menos de 50 mil habitantes, que são as cidades selecionadas no projeto Cidades Digitais do Ministério das Comunicações.

É um projeto de educação, com todo o registro de alunos, toda a parte de controle desses alunos nas escolas, um portal para que eles façam também toda a transparência dos dados hoje, pois esses Municípios menores têm dificuldade de fazer, e também a parte de divulgação de sua legislação, de seus gastos, etc. e tal. E o Expresso vai ser portado também para esses Municípios para ser a ferramenta de comunicação com o munícipe. Além de ser a ferramenta de uso do serviço público, será a ferramenta de comunicação com o munícipe. Então essa solução pode ser expandida. Nós estamos incentivando as empresas estaduais, o PRODERTJ. E, como nós usamos ferramentas abertas, é só copiar.

E tenho dito isto: um dos nossos focos é usar a ferramenta aberta, porque não é um negócio do SERPRO. Nós estamos fazendo para compor o projeto do Governo Federal, então, se alguém quiser copiar todos os nossos códigos, eles estão inteiramente à disposição. Copiem e atendam às comunidades locais. Em Santa Catarina, inclusive, nós temos um convênio com a cooperativa que foi criada pelos Municípios. No Estado de Santa Catarina, se não me engano, são 280 Municípios, e 220 estão nessa cooperativa. Então, nós estamos integrando com as ferramentas deles e eles vão prestar esse serviço junto conosco para os Municípios,



e, depois, queremos que eles absorvam sozinhos. Então, nisso é possível, sim, a gente avançar.

Todas essas ferramentas terão ensino a distância. Então, nós estaremos juntos com o Ministério, que vai fazer uma licitação de treinamento local. E todas as ferramentas estarão portadas no nosso ambiente de ensino a distância para os funcionários públicos e, inclusive, para o cidadão. No caso das ferramentas do Ministério das Comunicações é até para cidadãos. Hoje o nosso foco é funcionários públicos, mas nós fizemos um convênio com as escolas, com as universidades corporativas dos Correios, do SEBRAE e da Caixa Econômica Federal e estamos disponibilizando, nos telecentros, cursos de formação para a cidadania, de maneira geral. Então, hoje temos não só o nosso conteúdo de cursos, mas o do SEBRAE, o dos Correios e o da Caixa. Esse conteúdo todo está disponível, e nós estamos chamando de universidade integrada do Governo Federal de ensino a distância. Então é possível se utilizar dessas ferramentas todas. Por que estamos integrando essas ferramentas? Porque são as que usam *software* de código aberto e isso nos permite não ter que pagar licença para cada um que vai usar.

Deputado, sobre a carta da Frente Nacional de Tecnologia, eu acho que nós realmente estamos... E eu me coloco neste momento como partícipe desta desinformação, porque realmente nós fomos buscar dentro do Governo as soluções que nós entendemos mais cabíveis no momento, e o debate não foi um debate muito aprofundado com, talvez, todas as outras entidades que atuam.

Primeiro, nós não estamos estatizando nenhum serviço. E eu já disse isso para as empresas de telecomunicações. O que nós estamos entendendo é que, tendo as infraestruturas públicas, usaremos as infraestruturas públicas. Isso não descarta camada de transporte das operadoras de telecomunicações — camada de transporte. Nós não queremos roteamento dentro das operadoras. Hoje o grande negócio dessas operadoras é nos fornecer camada de transporte. Em toda aquela rede que eu mostrei aqui, eu só contrato camada de transporte. Todos os roteadores hoje já estão dentro do SERPRO. E esse é o modelo que a gente pretende.

Nós somos o grande cliente das operadoras neste País. Nós gastamos 250 milhões de reais por ano com operadoras de telecomunicações para manter aquela rede. Então, nós não estamos excluindo eles; só estamos dizendo que quem vai



rotear somos nós. No caso do SERPRO, ele já faz assim, e alguns órgãos que não fazem passarão a fazer, sim. Podem contratar circuitos, mas vão rotear dentro das suas instalações. Se esses órgãos migrarem para o SERPRO, vão demandar mais necessidades de infraestrutura de transporte. Portanto, as operadoras continuam no jogo. Nós não estamos estatizando.

Nós temos alguns ambientes que são próprios. Nós temos a TELEBRAS operando em vários ambientes, então vamos usar, sim, essa infraestrutura da TELEBRAS em nossos ambientes. Nós temos a infovia, no caso daqui de Brasília, que é um anel de fibra ótica que liga todos os Ministérios, gerido pelo SERPRO, o que não significa — o Deputado Lustosa perguntou sobre isso — que todo o ambiente computacional está dentro do SERPRO. A educação, por exemplo, tem o seu ambiente computacional na ENAP, assim como o DATASUS é outro ambiente computacional. Existem até ambientes computacionais privados operando hoje, o que é uma coisa que o decreto também procura restringir. Mas esses ambientes operacionais usam a infovia para se comunicar. Nem todos estão guardados dentro do SERPRO, o que garante a eles — e isso tem acontecido — que, em momentos de ataque, nós entremos na infovia e ajudemos eles até na proteção dos seus ambientes. Mas nós não estamos fazendo nenhuma grande modificação na estrutura computacional histórica do Governo Federal. Nós atuamos nos nossos serviços e fornecemos uma infovia, porque a infovia dá uma economia grande para o Estado brasileiro, e nela nós trafegamos não só dados, mas também voz. Então, todos os sistemas de comunicação do Estado brasileiro, especialmente em Brasília, se utilizam dessa infraestrutura.

Nós temos infovias em algumas capitais brasileiras, como, por exemplo, em Porto Alegre, onde, por uma situação histórica, o Governo Federal está todo em um quarteirão. Então, nós fibramos aquele quarteirão inteiro. Em outros lugares, como em Belém, em Recife e em Curitiba, a partir de agora, nós estamos usando a infovia da própria RNP e passando o serviço. Por quê? A exemplo de Curitiba, eu estou, há mais de 1 ano, esperando um aumento de circuito de uma operadora, que não me fornece, e a falta do aumento de circuito me impede de fazer petição eletrônica da Procuradoria da Fazenda Nacional ao Tribunal Federal para fazer cobrança dos devedores da União, e isso pode prescrever. Então, nós estamos avançando



realmente em canais de comunicação porque nós precisamos resolver o problema. Eu não posso peticionar com placa 3G, como em alguns casos nós estamos fazendo, porque as operadoras não me fornecem os circuitos locais de alta velocidade.

Então, avançamos sim, e é onde a TELEBRAS tem nos ajudado muito. Nós vamos migrar, sim, para a TELEBRAS por uma situação muito operacional. E é claro que, no caso da TELEBRAS, nós podemos portar também ambientes de comutação da TELEBRAS não só na TELEBRAS, como também dentro do SERPRO.

Quanto à questão sobre o Expresso, primeiro, o Expresso e a criptografia são coisas diferentes. O Expresso é um usuário da criptografia. O Expresso é o nosso correio, agenda, que é essa ferramenta que está aqui. Eu estou aqui navegando no meu Expresso, e não se trata de mera tropicalização de um produto, e essa é a grande diferença do mundo do *software* livre para o mundo do *software* proprietário.

No mundo do *software* livre, participo sim de uma comunidade alemã chamada Tine, e eu acesso absolutamente todos os códigos. Eu não pago licença para ninguém e acesso todos os códigos. Todos os códigos que estão aqui eu conheço. Se eu conheço, eu sei as suas vulnerabilidades e eu consigo fazer adaptações ao meu ambiente. Eu devolvo para a comunidade alemã inclusive as melhorias que eu faço. Se eles querem usar lá ou não, isso é problema deles. Mas nós temos uma equipe de 40 pessoas desenvolvendo o Expresso. E isso não foi em função do Snowden. Isso é em função da nossa necessidade de atender grandes volumes e de ter uma ferramenta poderosa que resolva questões que hoje são importantes.

Um dos elementos do Expresso de que a Presidenta mais gostou foi a videoconferência, porque isso diminui viagens. Então, eu posso colocar 18 pessoas na tela de um computador, fazendo uma reunião em tempo instantâneo, usando a minha rede de dados, aquela rede que eu pago todo mês. Então, eu não pago nem para a operadora — e aí nós vamos discutir o Marco Civil — e nem desloco gente desnecessariamente para uma reunião de duas ou três horas em Brasília. Nós usamos isso intensamente dentro do SERPRO. Então, para nós, é uma grande economia e foi esta a opção que fizemos: ser uma grande economia. É uma ferramenta robusta e, por isso, nós migramos para o V3. Fizemos todos os ataques



nela e vamos ter agora uma sessão de ataques programada para dezembro e outra para janeiro, com as universidades e com os *hackers*, para achar qualquer tipo de vulnerabilidade que nós ainda não tenhamos achado no Expresso V3. Não se trata de uma tropicalização; trata-se de desenvolvimento e conhecimento do SERPRO nessa ferramenta, disponível para quem bem entender, inclusive para as empresas, se as empresas quiserem.

Deputado, só para se ter uma ideia, hoje, o número de empresas desenvolvedoras do Expresso no Brasil é em torno de 60. Nós temos 3 empresas públicas; as outras 57 são empresas privadas que atendem os seus clientes com o Expresso. Bom, talvez a Microsoft não goste, porque não vai comprar o Exchange, talvez a Google não goste, mas aí é o mercado livre. Nós queremos inclusive que as empresas brasileiras consigam vender mais barato do que se tivessem pagando licença e acumulem mais valia do que se tivessem que transferir dinheiro para as matrizes. Esse é um modelo de negócio que algumas empresas não gostam, e, evidentemente, nós apostamos nele porque achamos que é bom para o Governo e para o País. Não é uma mera tropicalização.

E a criptografia está sendo introduzida no Expresso, mas dizer que o SERPRO não tem *expertise* nisso é um desconhecimento. É um puro desconhecimento! Nós operamos o ICP-Brasil! A unidade que faz a certificação digital brasileira é operada pelo SERPRO. Então, nós somos a raiz, além de ser uma autoridade certificadora, com *software* desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal de Santa Catarina, um dos maiores especialistas do mundo! Tanto é que o encontro mundial de criptografia no ano que vem será no Brasil, em Santa Catarina. E os nossos técnicos participam de grupos constantemente em formação dentro dessas universidades. Então, eu desconheço — eu desconheço — uma empresa que presta serviço de criptografia em certificado digital mais especialista do que o SERPRO. Desconheço. Tanto é que nós somos o único a operar com *hardware* nacional. Nós somos o único que pode garantir que essas chaves mencionadas possam ser mais protegidas. Não significa que elas são absolutamente protegidas, mas, que possam ser mais protegidas.

A vantagem do *software* livre é a de que tudo que é muito exposto eu conheço mais. As pessoas vão atacar mais e, é claro, vou ter que me proteger mais.



Então, ao conhecer o produto, nós trabalhamos na sua proteção de forma constante. Eu não fico esperando um novo *release* do fornecedor para resolver uma vulnerabilidade. Eu tenho técnicos que resolvem. Quando eu digo eu, é o Governo brasileiro, é o SERPRO.

Então, eu acho que nós estamos ainda em um profundo desconhecimento. O decreto tentou resolver uma coisa específica, que é do Governo, não da sociedade brasileira, focando nessas coisas que nós já temos conhecimento. Colocar a questão de segurança nacional é dar a mesma dimensão que, por exemplo, os Estados Unidos dão para esta área. Nos Estados Unidos, eu visitei e conheci o Homeland Security, em Washington, vi como eles funcionam. Eles não permitem sequer acesso à Internet, a portas de Internet por órgãos públicos, senão àqueles controlados pela própria empresa de TI contratada pelo Governo Federal. Eles só permitem 100 acessos de Internet. Quantos acessos nós temos de Internet em delegacias e postos de saúde? E lá eles não permitem isso. Então, é ter um controle, sim, sobre a nossa estrutura.

E a questão do Exército é mais uma vez um problema de conhecimento de como funciona a indústria, porque, se eu colocar a criptografia do Exército, aí, sim, nenhum fornecedor internacional vai poder vender aqui, porque aí eu passo a uma criptografia de guerra e, pelos acordos internacionais, esses fornecedores não podem mais vender aqui. Então, nós continuamos com a criptografia civil e cooperamos com o Exército e com a ABIN. Temos trabalhos de cooperação, temos grupos de trabalho com eles, mas, se nós usarmos a mesma criptografia militar, qualquer equipamento para ser vendido ao Brasil, especialmente norte-americano, terá que passar pela Comissão de Segurança dos Estados Unidos da América do Norte. Então, nós não queremos esse impedimento para os fornecedores, portanto, continuamos trabalhando com criptografia civil, o ICP-Brasil, onde estão os elementos criptográficos colocados dentro. É uma grande dificuldade, e eu já fui perguntado sobre isso várias vezes, inclusive dentro do Governo. Por isso, eu digo que compartilho desse desconhecimento de muitas coisas, mas seria uma limitação. Isso seria o mesmo risco de eu comprar um supercomputador. Por que o SERPRO não compra um supercomputador? Porque, se eu colocar dentro do SERPRO um supercomputador, eu tenho que fazer um acordo de operação desse



supercomputador com os Estados Unidos. Então, os nossos computadores são os maiores da categoria, mas são civis, todos eles são civis.

Eu não sei, Deputado, se o senhor quer fazer algum comentário.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só quero fazer justiça ao Exército, porque, quando o Deputado citou aqui que o Exército não foi capaz de controlar o carro-pipa, eu estava falando aqui em questão de segurança da informação. Porque, quando foi ventilada aquela questão da invasão lá do *e-mail* da Presidente, eu, coincidentemente, naquela semana, visitei as instalações do Exército. E lá eles têm realmente o sistema que você acabou de falar, a criptografia. Talvez o Governo tenha demorado a utilizar, então, os instrumentos que estão sendo utilizados agora do SERPRO. O que não podia é o Ministério de Minas e Energia ficar totalmente descoberto, sem proteção. Então, por isso que eu perguntei se tinha o do Exército e por que não usou. E V.Sa. respondeu bem. Mas já tinha o do SERPRO, que deveria estar sendo usado para não ficar vulnerável, como ficou. E as informações da PETROBRAS e de outros Ministérios acabaram comprometendo, não tenha dúvida, um pouco a questão da licitação do Campo de Libra e etc. por informações que foram colhidas. Hoje, eles têm mais conhecimento sobre a questão da mineração do Brasil e tal do que nós mesmos, exatamente pela falta de proteção.

Então, o Exército, muito pelo contrário, eu tenho aqui que parabenizá-lo, porque o Exército sempre tem trabalhado com muita competência, com muito afinco. E essa questão dos carros-pipas provavelmente ocorreu porque não tinha orçamento, porque o Governo teve a capacidade agora de liberar 10 mil viaturas, mas esqueceu de dar manutenção, gasolina, etc. Talvez tenha faltado orçamento para fazer esse controle dos carros-pipas. Mas, para mim, por exemplo, é um orgulho o que é feito pelo Exército: as coisas são feitas realmente com muita economia, sem superfaturamento, sem adicional de contrato.

Portanto, quando eu me referi ao Exército, eu fiz referência à questão de segurança da informação. Mas eu entendi...

O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI - Eu estou reforçando: eles têm, sim, um trabalho importante, eles fazem a segurança cibernética do País..

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. esclareceu bem. Realmente...



O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI - Então, são outros elementos com que eles trabalham. E a Marinha tem um investimento muito grande em segurança também. Então, dentro desses centros que a gente tem trabalhado sempre estão profissionais da Marinha preocupados com criptografia, criptografia em *hardware*. Só que, se nós usarmos esses elementos, nós transformamos o nosso civil em militar, e isso começa a causar restrições até de comercialização desses fornecedores. Então, nada contra a criptografia militar, mas, se nós a colocarmos dentro do Expresso, por exemplo, nós vamos ter dificuldade.

A questão da neutralidade na Internet — aí eu volto um pouco à questão do Marco Civil —, para mim, é o grande ponto do Marco Civil. Eu sei que as operadoras não gostam muito que eu diga isso, mas eu acho que o pessoal faz uma grande confusão quando diz: *“Bom, mas, então, nós, operadoras, não vamos poder vender velocidades diferentes?”* Ninguém disse isso. Eles podem fazer os pacotes comerciais do jeito que acharem: querem vender uma velocidade de 1 gigabyte? Querem vender uma velocidade de 10 gigabytes? Podem fazer os seus pacotes comerciais! O bom é que eles entreguem os pacotes que vendem. Mas aí já é estelionato.

Mas o caso específico que nós somos contra é de não ter neutralidade. Por que o que significa não ter neutralidade? Não é não poder fazer um serviço diferenciado por preço; é dar a permissão para uma operadora não só olhar o cabeçalho do meu pacote, mas abrir o meu pacote. Quer dizer, aí a operadora, com a lógica da velocidade, vai abrir o meu pacote para dizer se aquele pacote pode ou não navegar.

Eu vou fazer uma comparação para vocês entenderem a similaridade que se poderia fazer. Eu posso chegar a uma operadora de TV a cabo e comprar 20 canais, 30 canais, 100 canais, 200 canais. Cada um vai ter um preço. O.k.! Agora, se eu comprar 30 canais, eu tenho que ter acesso aos 30 canais! Não pode a operadora dizer *“você está vendo a emissora xis”* e começar a degradar o meu sinal porque eu estou vendo demais a operador xis.

Então, é esta neutralidade que nós defendemos: eu contrato uma velocidade e quero poder navegar o pacote que eu bem entender naquela velocidade. Se a velocidade não é compatível com o meu pacote, problema meu. Problema meu! A



operadora não precisa dar garantia de qualidade de serviço num pacote básico, se eu começar a usar imagens demais. Bom, mas ela não pode, por decisão própria, derrubar a imagem ou, como uma operadora de TV a cabo está fazendo hoje, derrubar se eu estou trafegando pacotes de vídeos. Se eu botar o Netflix numa operadora famosa de TV a cabo daqui, ela derruba o meu pacote. Se eu colocar o Skype, ela derruba o meu pacote, porque ela vende, no pacote, telefonia fixa. Então, o que não pode é isso. Então, para mim, a questão do Marco Civil é a garantia de que ninguém vai abrir o meu pacote. Isso garante que eu posso decidir o serviço e que mantenho minha informação sob sigilo, senão, vou permitir que ela abra o meu pacote.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Quero dizer que pessoalmente concordo em gênero, número e grau com toda essa sua abordagem. Neutralidade é isto: é não interferência nos conteúdos que trafegam sobre a rede. Isso está na matéria. Ocorre que em determinados momentos, alguns confundiram essa questão, que é o conceito fundamental de neutralidade, com a possibilidade de a operadora poder comercializar pacotes segundo a velocidade ou segundo o volume de dados consumidos. De fato, a operadora não pode ter o direito de discriminar, por velocidade ou o que quer que seja, conteúdos, verdadeiramente. Apenas tem o direito de cobrar por volume de dados ou por velocidade contratada.

Acredito que gradualmente essa questão está começando a se consolidar no debate sobre o Marco Civil, que, aliás, tem uma bela redação, fruto de amplo debate realizado no Parlamento e com a sociedade.

O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI - Eu escutei a operadora dizer: *“Mas eu quero poder ter um pacote para aquele que vai usar só e-mail.* Primeiro, ela fugiu do mercado, porque 70% da classe C, ao usar a Internet, usa vídeo. Então, ela está fugindo do mercado real. Fugindo do mercado real! E outra coisa: *e-mail* é coisa de velho. Juventude é rede social, é falar instantaneamente, é sincronismo absoluto. Esse negócio de assíncrono é para nós. Então, acho que esse confronto talvez se dê por outros motivos e não consigo entender o porquê de as operadoras estarem resistindo tanto a esse negócio.

Por fim, se eu consegui capitar tudo, por que o tema “permitir auditoria” foi insistentemente, confesso a V.Exas, brigado por mim? Porque, se há honestidade



na prestação de serviços, qual o problema de eu editar os códigos e os *hardwares* que são colocados à venda numa licitação pública? Então, eu quero poder auditar. Se eu vou ter capacidade de editar absolutamente tudo, isso é um tema a ser tratado, mas eu, o Estado brasileiro, quero ter o direito de poder auditar esses produtos que estarão em nossa rede, trafegando as informações do cidadão brasileiro, auditar com institutos especializados. Nós temos!. A própria USP, em São Paulo, faz auditorias para empresas internacionais no que diz respeito à certificação digital. Então isso já existe, já existem estruturas para isso no Brasil. Não é nenhuma grande novidade. Esse é só o recado que o Estado brasileiro quer saber o que está acontecendo dentro desses equipamentos.

E quanto a essa unidade da ação, eu concordo com isso. Estamos agindo com relação a isso. No dia 17, teremos um grande encontro promovido pelo Ministério da Defesa, com o Exército, com o Gabinete de Segurança Institucional, com a gente que trabalha na Segurança da Informação, para que possamos melhorar nossas ações de forma coletiva.

Eu espero ter respondido às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Dr. Marcos Mazoni, eu exercendo no momento a Presidência da Comissão, quero agradecer imensamente V.Sa. por sua vinda a esta Casa. Sua presença foi extremamente esclarecedora sobre conceitos e ações de governo acerca do tema segurança das informações, privacidade das informações, como também foram extremamente importantes suas abordagens sobre a possibilidade de ver essas aplicações sobre Internet que podem melhorar a vida dos cidadãos, que podem servir a esta Casa Legislativa, como pudemos verificar e, por fim, as abordagens de V.Sa. sobre o tema Tecnologia Nacional, algo tão fundamental e estratégico para o nosso País. Quero agradecer V.Sa. imensamente em nome desta Comissão.

Antes de encerrar a reunião, comunico que o próximo evento da Comissão será, na próxima terça-feira, audiência pública para debate do tema *O Torneio Internacional de Formação Profissional — Word WorldSkills Competition e o Ensino Profissionalizante no Brasil*, objeto do Requerimento nº 249, de 2013, do Sr. Deputado Colbert Martins.



Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião.